



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL**

TERESINA – PIAUÍ

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Prof. Dr. Luís de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Msc. Francisco Newton Freitas

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

Prof. Msc. Antônio Fonseca dos Santos Neto

COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof. Dra. Lúcia Cristina dos Santos Rosa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Prof. Msc. Zita Alves Villar

COMISSÃO DE REVISÃO CURRICULAR

Prof. Dra. Lucia Cristina dos Santos Rosa (Presidente)

Prof. Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva (Rep. Pós-Graduação)

Prof. Dra. Masilene Rocha Viana Tidafi

Representante Discente: Marcones Herberte de Sousa Lima

S U M Á R I O

1 APRESENTAÇÃO.....	04
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	06
3 JUSTIFICATIVA.....	07
4 A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA UFPI.....	12
4.1 O curso de Serviço Social e o mercado para a profissão no Piauí.....	12
4.2 As distintas alterações curriculares.....	17
4.2.1 Os limites do currículo vigente.....	23
4.3 O perfil docente e discente e as condições de ensino-aprendizagem	24
4.4 As diretrizes e a nova lógica do currículo.....	29
4.4.1 Os núcleos de fundamentação da Formação Profissional... ..	30
4.4.2 Objetivos do curso.....	30
4.4.3 Competências e habilidades esperadas.....	31
5 ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR.....	33
5.1 Atividades complementares.....	35
5.2 O Estágio curricular supervisionado.....	37
5.3 O Trabalho de Conclusão de Curso.....	40
6 MATRIZ CURRICULAR.....	43
7 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS.....	47
8 EQUIVALÊNCIA CURRICULAR	50
9 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	54
9.1 Do processo ensino-aprendizagem.....	54
9.2 Do processo pedagógico.....	55
9.3 Da coordenação pedagógica do curso	57

10 POLÍTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO.....	.58
11 CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR.....	59
12 BIBLIOGRAFIA, POR COMPONENTE CURRICULAR.....	.. 71
13 REFERÊNCIAS..... 90
14 APÊNDICES.....92

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento materializa o resultado de quase 10 anos de trabalho da coordenação do Curso de Serviço Social da UFPI no sentido de implantar as diretrizes curriculares. Consolida, consubstancia e é fruto de um debate incansável, de inúmeras contribuições e da construção coletiva na busca de aprimorar a proposta, espírito esse que conviveu, sempre, com um quadro de prioridades que nem sempre conferia a esse desafio a centralidade que ele impunha.

Entre o desafio de formar “massa crítica” capaz de enfrentar cada vez mais qualificadamente a tarefa da docência e a necessidade de promover uma revisão curricular, a partir das diretrizes amadurecidas no plano nacional, ficamos quase sempre, com a primeira opção. Desse modo, revisão tem sido conduzida por reduzido corpo docente, dentre as múltiplas tarefas que se avolumavam cotidianamente.

A partir desse projeto pedagógico, que, em seus momentos finais reuniu grande esforço coletivo dos docentes fica o desafio de rever as bases pedagógicas do curso. Assim, entre a velha forma de organização de núcleos e o desafio de impor a nova estruturação, muito há para se construir ainda com a implementação da proposta.

No texto que se segue se encontra o que foi possível produzir até o momento, nas condições de muita sobrecarga de trabalho, onde uma atividade se sobrepõe a outra, embora momentos anteriores de produção para a implantação das diretrizes tenham sido bem mais desfavoráveis, principalmente em função da maioria dos docentes efetivos estarem afastados para a pós-graduação.

A finalização desta etapa coincide com um novo tempo no DSS (departamento de Serviço Social), em que seu coletivo de docentes, em sua quase totalidade, detêm o título de doutor, podendo participar de maneira ainda mais qualificada na jornada de operacionalização e avaliação do processo de dinamização das diretrizes curriculares, um processo já consolidado pelas demais escolas de Serviço Social, mas uma novidade entre nós. É ainda uma outra feliz coincidência o fato dessa concretização acontecer no ano do curso completar/comemorar seus 30 anos de existência.

Neste texto está sistematizado todo trabalho e direção que se procurou imprimir ao processo de elaboração da proposta, que irá nortear a dinamização das diretrizes curriculares no curso de Serviço Social nos próximos anos, iniciando-se com uma contextualização histórica que a ela deu origem, passando pelo perfil do corpo docente e discente, pela lógica inerente às diretrizes, finalizando com a organização da proposta curricular e o processo de avaliação.

Espera-se que o presente texto sirva realmente de norteador da implantação, implementação e avaliação das diretrizes curriculares no Curso de Serviço Social da UFPI, de tal maneira que as mudanças saiam do papel e se efetivem no cotidiano da vida acadêmica de professores, alunos e supervisores de campo, impactando positivamente o usufruto de direitos dos usuários dos serviços prestados pelos futuros assistentes sociais do Piauí.

A COMISSÃO

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO:

Serviço Social

NÍVEL:

Graduação

MODALIDADE:

Bacharelado

TÍTULO ACADÊMICO:

Assistente Social

DURAÇÃO DO CURSO:

Ideal atual: **4 anos**

Ideal Prevista para o novo currículo: **4 anos**

Máxima prevista para o novo currículo: **6 anos**

CARGA-HORÁRIA TOTAL:

Ideal atual: **3.210**

VAGAS OFERTADAS

45 vagas

ANO/PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO:

1º/2007

3 JUSTIFICATIVA

A Universidade é uma instituição histórica, que é influenciada e influencia o meio em que se insere. Com as mudanças no mundo do trabalho, explícito na: reestruturação produtiva - que impõe a flexibilização na geografia, nos processos e relações de trabalho; nas exigências de um novo perfil de profissional – polivalente, que saiba trabalhar em equipe sem a demarcação rígida de atribuições e que tenha habilidades não só técnicas, mas também comportamentais; com o avanço e consolidação da sociedade do conhecimento/informação; com as mudanças nos princípios e perfil das políticas públicas com a Constituição de 1988 e a contradição que impõe o ideário neoliberal nessas políticas, requer-se a promoção de mudanças no espaço acadêmico orientadas para inovações na gestão acadêmica, pedagógica e administrativa e nos próprios processos avaliativos.

A mudança impõe-se com urgência, em função do fato de que a principal missão da Universidade gira em torno do preparo de futuros profissionais, tendo como matéria prima um produto de “longa maturação” (Leite, 2005). Neste sentido, a Universidade é uma instituição que se antecipa, que trabalha no hoje construindo o futuro, projetando seus usuários para um amanhã permeado pela incerteza.

Neste cenário, a demanda por um profissional versátil/flexível impõe a necessidade de revisão do fundamento do processo de formação/qualificação, ganhando o fator humano um papel expandido no mercado de trabalho, haja vista que também as competências e habilidades subjetivas passam a ser valorizadas, incluindo saberes incorporados pelos estudantes/profissionais fora da esfera formal do mundo do trabalho ou da educação, direcionadas, sobretudo, para a capacidade de mobilizar diferentes saberes para enfrentar e resolver problemas e imprevistos. Ao saber, ao saber-fazer agrega-se a exigência do saber-ser, abrangendo habilidades, competências e qualidades pessoais .

Cabe então à Universidade compreender as transformações contemporâneas preservando o “equilíbrio entre valores éticos e culturais, resguardando sua função de lúcida consciência crítica da sociedade de seu tempo, juntamente com a criação, preservação e difusão do conhecimento” (Leite, 2005, p. 26).

Em sintonia com as mudanças arroladas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta na perspectiva de flexibilizar a organização dos cursos e carreiras, através das diretrizes curriculares. Coloca, assim, a graduação como uma etapa inicial do processo de formação continuada, que deve oferecer uma formação básica que habilite o graduado para enfrentar e responder os desafios das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das políticas públicas. Neste sentido, o graduando

não é apenas um mero receptor do saber. Deverá ser iniciado na produção do conhecimento, tendo a possibilidade de variados tipos de formação e experiências diversificadas em um mesmo curso, dentro e fora do espaço da academia.

Logo, a formação profissional não se encerra com a conclusão do curso, que é apenas seu desencadeador, fazendo parte de "um processo contínuo e sempre inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção de saberes, mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional" (Pinto, 1997, p. 46) .

Com as diretrizes curriculares, a formação profissional, então, ganha maior riqueza e complexidade, explicitadas em princípios tais como:

- O incentivo a uma sólida formação geral, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo curso;
- Estímulo a práticas de estudo independente, no sentido de assegurar a autonomia profissional e intelectual do aluno;
- Encorajar o aproveitamento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico;
- Melhora da articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, estágios e atividades de extensão.

Contextualmente, no Serviço Social, em 1996 após a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394, em 20/12/96 estabeleceu outra normalização para o sistema nacional de educação, resultando na substituição da estrutura de currículos mínimos e plenos pela definição de Diretrizes Curriculares orientadoras dos projetos de formação profissional, em nível de graduação.

Em 2001 pelos pareceres CNE/CES nº 492/2001, 1363/2001 e 15/2001, as diretrizes avançam em seu processo de aprovação. Em 2005, as diretrizes são consideradas pelo Ministério da Educação e Cultura como vigentes para os cursos de Serviço Social, parametrando os instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior – SINAES. Desse modo, nacionalmente, todos os cursos de Serviço Social promovem gestões para implantar as diretrizes curriculares, alguns já em sua 3ª versão.

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, desde sua criação em 1976, vem buscando acompanhar os movimentos desencadeados pela entidade nacional de ensino (ABEPSS), no âmbito das alterações das propostas pedagógicas, mesmo que de modo moroso e, em muitos momentos, tendo que enfrentar grandes dilemas quando suas prioridades entravam em confronto com as exigências colocadas pelas entidades nacionais que congregam as escolas. Esse foi o caso da última experiência de revisão curricular e que se consubstancia no presente documento, resultado de um processo de longa gestação e esperada concretude.

O presente projeto pedagógico vem cumprir, portanto, enorme lacuna em face de exigência de revisão curricular do curso de Serviço Social da UFPI, seja pela necessidade de adequá-lo aos novos desafios postos pela nova questão social, em face, também das grandes transformações que têm se processado nas últimas décadas, com mudanças substantivas no mundo do trabalho, redefinindo de forma contundente as relações público-privado, dentre outros inúmeros cenários que apontam para o redesenho das exigências teórico-políticas e técnico-operativas do Serviço Social.

A esse quadro de profundas mudanças na realidade sob a qual atuam os profissionais do Serviço Social, seguem-se, também, as exigências institucionais (da ABEPSS, UFPI, entre outras) inspiradas na necessidade de uma formação profissional concatenada com os novos desafios. Nesse mesmo sentido, o MEC exige, nos processos de renovação/revalidação dos cursos, as adequações normativas de cada curso às novas exigências do mundo do trabalho e do processo de ensino-aprendizagem, concatenado com os novos princípios das políticas públicas, pós-Constituição de 1988. Assim, os processos de revisão curricular impõem-se como uma constante, no sentido de acompanhar o movimento da realidade, as alterações impostas pelo movimento do modo capitalista de produção e as mudanças colocadas pela sociedade da informação.

Destarte, além dos textos normativos, as mudanças no mundo do trabalho e nas configurações do Estado brasileiro e em suas políticas requisitam um novo perfil de profissional e, conseqüentemente, de formação profissional, que responda aos novos processos de trabalho e às novas necessidades sociais.

Com a implantação das diretrizes curriculares, a formação profissional do Serviço Social ganha outra densidade e novos pressupostos e princípios. Nesse sentido, os **pressupostos balizadores dessa nova concepção de formação profissional** do assistente social, são:

- o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva cujo objeto se delinea a partir das manifestações da questão social;

- a relação do Serviço Social com a questão social – matéria prima da intervenção do Assistente Social – é mediatizada por processos sócio-históricos e teórico-metodológicos inerentes a seu processo de trabalho;

- o agravamento da questão social, a partir do processo de reestruturação produtiva no Brasil e da implementação do projeto neoliberal, impõe mudanças no campo de ação do Assistente Social;

- o processo de trabalho do Assistente Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas que o seu enfrentamento conforma, através das políticas e lutas sociais.

Nessa mesma perspectiva, os **princípios** que fundamentam a formação profissional orientam-se para:

- 1) Flexibilidade de organização dos currículos plenos, manifestada na possibilidade de definição de disciplinas e outros componentes curriculares;
- 2) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que permita a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se depara no cotidiano;
- 3) Adoção de uma teoria social crítica;
- 4) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular;
- 5) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva, como princípios formativos;
- 6) Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos;
- 7) Interdisciplinaridade no trato das questões postas pela realidade, reconstituindo a complexidade dos fenômenos sociais;
- 8) Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- 9) Pluralismo teórico como eixo na construção da direção social da formação profissional;
- 10) A ética como elemento formativo fundante;
- 11) Atrelamento do estágio à supervisão acadêmica e profissional.

Tem-se a considerar, portanto, o caráter imperioso da implantação das diretrizes curriculares para colocar o Curso de Serviço Social em sintonia com os processos gerais dinamizados pelas entidades de classe do Serviço Social. Com ela, várias vantagens são renunciadas, sobretudo, com a flexibilização na estrutura do curso, que passa a comportar atividades diversificadas, permitindo o estabelecimento de formas mais criativas e dinâmicas no processo ensino-aprendizagem.

4 A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA UFPI

4.1 O curso de Serviço Social e o mercado para a profissão no Piauí

O Curso de Serviço Social da UFPI foi criado em 01/12/1976 (Resolução CONSUN/UFPI – Doc. 02/76) e reconhecido por Portaria do MEC em 07/07/1983 (Documento 313, data da publicação 12/07/1983). No entanto, as protoformas do Serviço Social no Piauí datam de anos anteriores. Segundo Setúbal (1983, p.126),

O Serviço Social no Piauí foi implantado no início de 1947, com a chegada da recém-graduada Delma Portela Basílio da Silva à Legião Brasileira de Assistência – Comissão Estadual (CE). A LBA do Piauí foi fundada em 14 de setembro de 1942, dois anos após a criação da Comissão Central do Rio de Janeiro.

A demanda que gera a necessidade de contratar aquele profissional remete às questões administrativas para a otimização de recursos humanos e materiais. Os programas implementados orientavam-se por um cunho paternalista, sendo o profissional de Serviço Social vinculado à Divisão de Maternidade e Infância, com trabalho voltado para as assessorias às Presidentes da instituição e à Divisão de Supervisão aos Centros Sociais da capital e do interior (SETÚBAL, 1983, p.127).

Outras instituições congêneres são criadas no Estado: o SESI em 1958, o Serviço Social do Estado e a Ação Social Arquidiocesana, ambas em 1960. Os anos que seguem observam uma expansão gradativa do mercado para o Serviço Social:

Nos anos compreendidos entre 63-80, o mercado de trabalho para o assistente social no Piauí foi ampliado, devido à implantação do Serviço Social em algumas instituições já em funcionamento ou recém criadas no Estado como: Instituto de Aposentaria e Pensões dos Ferroviários e Empregados do Serviço Público (1963); o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (1966); as Centrais Elétricas do Piauí S.A – CEPISA (1967); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (1969); o 2º Batalhão de Engenharia e Construção – 2º BEC (1971); o Hospital Areolino de Abreu (1973); o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas – HDIC (1974); a Universidade Federal do Piauí, Divisão de Assuntos Comunitários – DAC (1974); a Comissão de Assistência Comunitária – CAC (1975); a Companhia de Habitação do Piauí – COHAB (1975); A Secretaria do Trabalho e Promoção Social (1975); o Hospital São Marcos (1976); a Universidade Federal do Piauí – Curso de Serviço Social (1976); a Telecomunicações do Piauí S.A – TELEPISA (1978); a Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA (1978); o Projeto Rondon (1979) (SETÚBAL, 1983, p.133).

Em 1976, ano de criação do Curso de Serviço Social da UFPI, é também criada a

Delegacia Seccional do Conselho Regional de Assistentes Sociais, submetida à direção do órgão do Maranhão (GUIMARÃES, 1995, p.57). A década seguinte constituirá um marco para a profissão no Piauí, momento em que se forma a primeira turma de Serviço Social da UFPI e expandem-se as bases do mercado de trabalho para os assistentes sociais em outras áreas: movimentos sociais organizados; deficiência, entre outros (LUZ, 1995, p. 62).

O Estado do Piauí no início dos anos 1980, conforme Guimarães (1995, p. 49) contava com aproximadamente trezentos (300) assistentes sociais. Contudo, analisando a situação de trinta e três (33) egressos do curso das primeiras turmas, Guimarães (1995, p. 49) constata que apenas vinte e duas (22) pessoas conseguiram empregar-se na profissão "em até 1 ano de formadas pela UFPI". Assim, conclui a autora citada que "a questão do desemprego na profissão é uma realidade que se coloca, especialmente, a partir do final da segunda metade da década de 1980, quando o número de contingentes da categoria profissional já atinge a faixa de 500 pessoas" (1995, p. 49), crescendo, portanto, "o número de pessoas que não consegue emprego na profissão, que passa a trabalhar em outros ramos da atividade formal ou, ainda, que vive da economia informal, trabalhando como autônomo" (1995, p. 50).

Ainda na trilha de Guimarães (1995, p. 52), na década de 1980, a esfera governamental (estadual e municipal) mantém-se como o principal empregador de assistentes sociais, embora a forma predominante de inserção no serviço público ocorresse pela via dos apadrinhamentos políticos, dos favores, das amizades e de vínculos familiares.

No caso particular da UFPI, só a partir de 1984, o Departamento de Serviço Social passa a contratar, através de concurso público, seus "ex-alunos como docentes" (GUIMARÃES, 1995, p.51). Neste sentido, a esfera federal destaca-se como aquela que emprega por processos seletivos onde sobressai a impessoalidade. Guimarães (1995) informa ainda que até o primeiro semestre de 1993, quinhentos e trinta e dois (532) alunos concluíram o curso de Serviço Social na UFPI. Essa marca de mais de 500 profissionais no mercado de trabalho permite a criação do CRESS 22ª Região, no Estado, em 1993 (Lei 8.662/93).

Até 1983, Setúbal (1983) identificou aproximadamente "33 instituições com o Serviço Social em funcionamento" na capital. Teresina congregou historicamente as principais instituições empregadoras de assistentes sociais no Estado, por concentrar os principais bens e serviços. Nesse mesmo esforço, Rosa (1994) identificou que, em 1994, Teresina concentrava 64,7% dos profissionais em atividade no Estado, ficando o restante no interior.

Em fins dos anos 1990, Luz, em pesquisa sobre o mercado de trabalho do

Serviço Social, identificará que a profissão no Piauí se afirma, se expande e se consolida como parte integrante do aparato institucional do setor público estatal, sobretudo de âmbito estadual e federal, destacando-se como principais áreas empregadoras a assistência social (aglutinando 18% dos postos de trabalho) e a saúde (LUZ, 1999), haja vista o parco desenvolvimento do setor secundário da economia estadual. Conforme Luz (1999, p.24), em 1998 há um contingente de setecentos e trinta e seis (736) profissionais inscritos no CRESS-PI, sendo que 546 (74%) permaneciam com seus registros ativos.

Luz (1999, p. 32) identifica em 1998, setenta e três (73) instituições empregadoras de assistentes sociais, 110% mais que o levantado por Setúbal em 1983. Agrupa-as em doze áreas de política social, que perfazem 396 postos de trabalho ocupados. O estudo revelou que a área da saúde tem primazia no número de instituições (17) e igualmente no número de postos de trabalho (92). Em seguida, em termos de quantidade de instituições empregadoras sobressai-se a área de empresa (10) e assistência (06). Em relação ao número de postos de trabalho, em segundo lugar aparece a assistência social (72), seguida da área previdenciária, com 35 postos. Ou seja, a área saúde ganha prevalência como espaço sócio-ocupacional da categoria no Piauí, secundarizando a área da assistência, que, mesmo assim, continua sendo um dos três grandes empregadores, apesar de contar com apenas 06 organizações em Teresina, até então.

Dessa maneira, observa-se que a dinâmica dos empregos para assistentes sociais no Piauí acompanha o desenvolvimento econômico do Estado. Neste sentido, são nas cidades pólo de desenvolvimento - Teresina, Picos e Parnaíba - onde se concentra a maioria dos assistentes sociais exercendo a profissão, com destaque para a capital.

Vale lembrar que, apesar da escassa oferta de empregos para a profissão no Piauí, o curso de Serviço Social da UFPI, historicamente, sempre esteve situado entre os cinco de maior concorrência. Para o vestibular 2004, a concorrência foi de 16,24%, ficando o Serviço Social em 4º lugar, abaixo apenas de Medicina (24,22%), de Enfermagem (17,93) e de Direito (17,16%). Ou seja, das profissões de maior prestígio/*status* e mercado de trabalho. Já em 2006 figurou em 2º lugar, abaixo apenas de Medicina.

Luz (1999, p. 22), ao analisar os elementos que configuram o mercado profissional em Teresina nos anos 90, aponta significativas alterações nesse mercado "seja na forma de prestação dos serviços, seja na maneira de recrutamento e acesso ao mercado". Como parte desse processo, ela destaca "o surgimento de consultorias e assessorias a projetos [...] motivados, por vezes, pela 'ideologia do próprio negócio'". Ainda conforme Luz, o acesso ao mercado de trabalho através de concurso ou processo

seletivo ganha maior destaque em Teresina nos anos 1990.

Nos anos 1990, há uma redução significativa na quantidade de oferta de emprego nas esferas federal e estadual, mas cresce a demanda por assistentes sociais na esfera municipal, sobretudo, em Teresina, em função da implementação do processo de descentralização das políticas sociais. Luz (1999) atribui a retração da oferta de empregos na esfera federal ao processo de reestruturação dos serviços, que ocasiona remanejamento dos profissionais para outros órgãos ou impulsionam o processo de aposentadoria proporcional. Ainda no mesmo estudo, a autora constata a extinção de setores de Serviço Social na área privada.

Contudo, Luz (1999) avalia que a estrutura organizacional e ocupacional para o assistente social é fortalecida nos anos 1990, principalmente em Teresina, em função de significativa absorção de profissionais nas diferentes áreas de prestação de serviços. As esferas estadual, municipal e federal, nesta ordem, são consideradas as "maiores concentradoras de postos de trabalho". Na esfera federal, a área de ensino é apontada como a de maior concentração de postos de trabalho. Na instância estadual, ganha relevo a saúde e a assistência social. Na arena municipal, despontam as áreas da saúde; assistência social e criança e adolescência. Assim, cresce nos anos 1990 o número de profissionais no âmbito municipal, privado e filantrópico.

As mudanças no mundo do trabalho e a implementação da política neoliberal pelo governo federal repercutem significativamente na configuração das demandas para a profissão. A diminuição dos investimentos em gastos sociais, a reestruturação de serviços, os novos processos de trabalho que impõem novas técnicas e novas formas de trabalho calcadas no trabalho em equipe interdisciplinar e na flexibilidade funcional exige um novo tipo de trabalhador: que seja polivalente, com competências múltiplas e que atue mais com o intelecto, intuição, que com a força muscular. Ou seja, a clássica divisão social do trabalho que segmenta trabalho intelectual do trabalho manual, planejamento e execução se rompe.

Neste cenário complexo e diverso, a identidade corporativa tradicional é colocada em suspensão e as atividades clássicas são esvaziadas em seu conteúdo e significado. Emergem, deste processo, várias representações da prática profissional, determinadas pelas políticas macro-estruturais, pelas mudanças no modo capitalista de produção e pelas tensões entre modelos de cidadania que disputam hegemonia.

A profissão é indagada nas suas particularidades construídas e também na estrutura dos serviços assistenciais, cada vez mais terceirizados, processos que repercutirão nas atribuições e processos de trabalho. Há, assim, uma tendência de modificação na base material e organizacional da profissão, ocasionando inclusive uma alteração no tipo de atividade do assistente social, no seu conteúdo e significado.

Neste sentido, a manutenção do lugar social do assistente social no mercado de trabalho dependerá da capacidade de resposta da categoria aos novos desafios. O mercado requer “um profissional propositor, formulador, articulador, gestor, implementador, negociador e equacionador, face aos processos de mudanças na ossatura do Estado e às exigências do mercado” (SERRA, apud LUZ, 1999).

Como qualifica Luz (1999, p. 83) “o espaço da ação profissional está mudando de lugar”, exigindo a redefinição das atividades e da identidade profissional. Todavia, as modificações pós-modernas no mundo do trabalho convivem com referências nem um pouco modernas, como o ingresso nos postos de trabalho por indicação político-partidária e pessoal, que dispensam requisitos, tais como competência e boa formação profissional.

Situações como a contratação por tempo determinado, com vínculos precários de trabalho e a terceirização, tornam baixos os salários, vulneráveis as relações de trabalho do assistente social e seus vínculos com os usuários dos serviços, além de colocá-lo em situação desvantajosa no enfrentamento do poder institucional em relação, por exemplo, à violação de direitos humanos.

Outras necessidades e domínios também demandam novas qualificações dos profissionais, tais como: a informática, a atuação em conselhos de políticas públicas, programas de qualidade total, o trabalho em assessoria, o trabalho com doenças ou necessidades especiais: AIDS/portador de deficiência (LUZ, 1999). Segundo Luz (1999 p. 106), as áreas que mais lidam com novas demandas são: a assistência social, a da criança e adolescente e a área de empresa. A autora destaca ainda a questão do meio ambiente, como demanda que emerge em fins dos anos 1990 e início de 2000.

Neste cenário, são indicadas como habilidades mais esperadas dos assistentes sociais: capacidade para resolução de problemas; alto poder de comunicação; capacidade de trabalho em equipe; postura investigativa; versatilidade; criatividade. No entanto, essas habilidades principais “dizem respeito a aspectos não relacionados, de imediato, a um profissional de Serviço Social, pois redesenham e terminam por respaldar perfis mais amplos vinculados à formação profissional mais geral” (LUZ, 1999, p. 120).

A habilidade de “saber ser” ganha relevância frente ao “saber fazer” (LUZ, 1999) destacando-se os atributos de natureza subjetiva do profissional. O novo tipo de profissional requisitado é o “gerente”. Neste sentido, há uma re-funcionalização dos procedimentos operacionais e do conteúdo e significado das atividades desenvolvidas. Assim, a demanda que prepondera no mercado “é por perfis e não por profissão” (LUZ, 1999, p. 136).

4.2 As distintas alterações curriculares

Nacionalmente, o Serviço Social, até a presente data, contou com três currículos. Em 13 de março de 1970 (PARECER 248/70) é aprovado pelo Conselho Federal de Ensino o primeiro currículo (GUIMARÃES, 1995). Em 04 de agosto de 1982 (PARECER 412/82 e RESOLUÇÃO 06/82 de 23/09/82), é aprovado o segundo currículo mínimo, que deveria ser implantado em todas as escolas até 1984.

Já sob a vigência de um novo arcabouço jurídico-político, com a Constituição federal de 1988, em 20 de dezembro de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI nº 9.394). Em 03 de abril de 2001 (PARECER 492) e em 13 de dezembro do mesmo ano (PARECER 1.363) são aprovadas as diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social.

No Curso de Serviço Social da UFPI o primeiro currículo foi aprovado no dia 12 de novembro de 1976 e implantado em 1977, tendo vigido até 1984 (GUIMARÃES, 1995). O Currículo pleno foi organizado em disciplinas do ciclo geral de estudos, disciplinas básicas obrigatórias, disciplinas complementares obrigatórias e disciplinas optativas, abrangendo 171 créditos, distribuídos em 2.835 horas. Sobre esse currículo, afirma Silva (2003, p. 39), que

já exista, nesse período, toda uma discussão nacional sobre o modelo de formação profissional tradicional, com críticas sobre esse modelo sendo afirmadas desde o final dos anos 1960 com a reconceituação, formalmente a Escola de Serviço Social piauiense não adota uma postura teórica pautada no materialismo histórico ou dialético. E nem mesmo introduz algumas disciplinas em seu currículo pleno, relacionadas a este tema. [...] percebe-se que o primeiro currículo pleno, quando na época é implementado, já se encontra defasado, desatualizado e inadequado diante da realidade e do próprio movimento nacional de revisão do currículo mínimo vigente.

Com base no parecer 412/82 do CFE é aprovada a implantação do segundo currículo pleno (RESOLUÇÃO nº 010/87) no Curso de Serviço Social da UFPI, cinco anos após a aprovação do currículo mínimo de 1982. O Segundo currículo é dividido em duas áreas: a básica e a profissional. A básica envolve o ciclo geral de estudos e o ciclo básico, enquanto a área profissional é distribuída em ciclos complementares, de estágio, optativa e obrigatório, integralizando 222 créditos ou 3.720 horas. Tal currículo, conforme Silva (2003), adota a concepção dialética marxista.

Em 1989, a ABESS/CEDEPSS desenvolve a pesquisa Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro – pós novo currículo – avanços e desafios. Em nível local, em outubro de 1988 o Curso de Serviço Social da UFPI inicia um processo de revisão curricular, a partir da dinamização do Seminário Curricular do Curso de Serviço

Social.

Com base no Relatório dos Núcleos de Disciplinas sobre Avaliação do Currículo II do Curso de Serviço Social, realiza-se o II Seminário de Revisão Curricular, no período de 28 a 30 de novembro de 1990, com o objetivo de avaliar o Currículo II e definir as diretrizes do processo de revisão curricular, tendo em vista o aprimoramento do supramencionado currículo, que vigora até 1994. Apesar disso, é somente com a resolução nº 059/90 – CEPEX que é aprovada a desativação do currículo I do Curso de Serviço Social da UFPI.

No período de 30 de março a 02 de abril de 1993 realiza-se o “Fórum de Aprovação da Proposta de Alteração do Currículo do Curso de Serviço Social”. Com a Resolução nº 051/94 – CEPEX, é aprovada a reestruturação do currículo pleno do Curso de Serviço Social. No ano subsequente, a Resolução nº 099/95-CEPEX aprova mudança de nome, carga horária, número de créditos e ementas da disciplina Estatística I. Assim, em 1995 inicia-se a vigência do currículo III.

No currículo III eliminou-se Matemática, Língua Estrangeira e Português. No lugar desta última, surge a disciplina Lingüística. Essas alterações no currículo III têm a ver com as discussões e mudanças no Ciclo Geral da UFPI [...] levadas a efeito durante o ano de 1993 (GUIMARÃES, 1995).

Ao analisar e comparar os três currículos do Curso de Serviço Social da UFPI, Guimarães (1995) constata que:

- O enfoque do currículo I é voltado para a área da psicologia;
- No currículo II ganham destaque as áreas de sociologia;
- No currículo III ganha relevância a área de Filosofia;
- “Tanto no currículo II quanto no currículo III, disciplinas relativas ao Serviço Social são retiradas do ciclo básico de estudo” (1995, p. 27);
- “Nos currículos II e III o Ciclo Profissional passa a ter uma primazia e um peso significativo na formação profissional dos alunos do curso” (1995, p. 28);
- “As áreas de maior destaque no Ciclo Profissional têm sido, em primeiro lugar, o núcleo de História, Teoria e Metodologia [...]. Em segundo lugar, vem sendo o núcleo das disciplinas de Pesquisa” (1995, p. 29).

Vale lembrar que um dos principais objetivos da revisão curricular, sintetizado no currículo III, era “desamarrar”, “desbloquear o currículo” (GUIMARÃES, 1995), permitindo um fluxo mais rápido do alunado na grade curricular.

Com a aprovação do currículo mínimo, em 08 de novembro de 1996, em assembléia geral extraordinária da ABEPSS, no Rio de Janeiro, inicia-se um novo ciclo na

formação profissional, condensado nas diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Por sua vez, este momento coincide com a priorização da capacitação docente em nível de pós-graduação pelo Departamento de Serviço Social do CCHL/UFPI, onde o coletivo é incorporado em cursos de mestrado, através de convênio com a PUC-SP.

Todavia, os trabalhos prosseguem, mesmo com as sobrecargas de trabalho dos docentes, intensificadas com as exigências da condição de alunos da pós-graduação (nível mestrado), da grande maioria. A comissão de implantação das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social da UFPI inicialmente composta pelas professoras Solange Maria Teixeira, Vânia Teresa Moura Reis e Iolanda de Carvalho Fontenele foi modificada em sua composição com a saída da Prof^a Vânia Teresa Moura Reis e o ingresso da Prof^a Maria do Rosário de Fátima e Silva.

A Supramencionada comissão concretizou vários trabalhos visando impulsionar o processo de adequação do Curso de Serviço Social da UFPI às novas diretrizes curriculares:

- Em 08 de fevereiro de 2000 organizou e coordenou a oficina "A LDB e a revisão curricular do Curso de Serviço Social", documentada no "Relatório da Oficina";
- Realizou avaliação discente do Curso de Serviço Social, sintetizada no "Relatório de levantamento" de maio de 2001;
- Em janeiro de 2002, a Prof^a Iolanda C. Fontenele promoveu e organizou por escrito o "Levantamento do Curso de Serviço Social - oferta de disciplinas por turno, retenção de alunos, concludentes, matriculados".

Obedecendo a calendário nacional, a comissão planejou uma oficina local para os dias 19 e 20 de junho de 2001, a qual não aconteceu em função da greve nacional dos docentes das IFES. Em janeiro de 2003, a comissão de implantação das diretrizes curriculares passa a ser integrada pelas professoras Lucia Cristina dos Santos Rosa, Maria do Rosário de Fátima e Silva e a representante discente Liciane Costa Nascimento.

A comissão propôs uma Oficina local sobre revisão curricular para os dias 9 e 10 de janeiro de 2003, visando retomar o material distribuído para a oficina planejada em 2001, que não aconteceu devido às dificuldades orçamentárias da UFPI no início de ano. Após este episódio, a comissão deliberou pela materialização de uma proposta ou arcabouço de projeto pedagógico, com base na produção existente, deixada por outras comissões e pelas dissertações e artigos de docentes do Departamento de Serviço Social.

Assim, a comissão promove dois levantamentos tendo em vista traçar o perfil dos alunos do Curso de Serviço Social e dos docentes, importante aporte na formatação de um projeto pedagógico e de um novo currículo.

Paralelamente, a coordenação do Curso de Serviço Social solicitou no 1º/2003, ao Departamento de Serviço Social, a reorganização dos núcleos, tendo em vista a discussão coletiva do processo de implantação das diretrizes curriculares. Em 2002, uma representante da Comissão representou o Curso no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, promovido pela ABEPSS, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, de 19 a 22 de novembro de 2002, oportunidade em que a implantação das diretrizes curriculares ganhou destaque na programação.

A comissão esteve representada na II Semana de Serviço Social, promovida pelo Centro Acadêmico de Serviço Social, na mesa de discussão intitulada: Aonde nos leva a revisão curricular: desafios e perspectivas, realizada em 04/12/2002. A comissão esteve representada na III Semana de Serviço Social, promovida pelo CASS, na mesa de discussão realizada em 02/12/2003, intitulada: Revisão Curricular, porque paramos?

Assim, em 2002 e 2003 os alunos, através de seus órgãos de representação, foram os protagonistas dos fóruns coletivos, que discutiram as novas diretrizes curriculares no curso de Serviço Social. Durante o ano 2003, a comissão reuniu-se periodicamente, organizando levantamentos e material para elaborar um texto para subsidiar as discussões de um fórum previsto para janeiro de 2004.

A partir de avaliação do colegiado do curso de Serviço Social, em 2002, foi deliberada a não abertura de vagas por transferência e para portadores de diploma de nível superior, e ampliação de mais 05 vagas na entrada do vestibular a partir de 2003, ficando o curso com uma entrada anual de 45 alunos, desde então. Ainda em 2003, o colegiado do Curso de Serviço Social constituiu uma comissão, composta pela Profª Drª Simone de Jesus Guimarães e pelo prof. Dr. Francisco de Oliveira Barros Junior (DCS) para traçar um diagnóstico da realidade do Curso de Serviço Social para subsidiar a tomada de decisão sobre as crescentes pressões por aumento de vagas de entrada de alunos no CSS, sobretudo, na modalidade de transferência facultativa e de portadores de curso superior, tendo em vista avaliar o impacto de tal decisão sobre o fluxo dos alunos no curso. Com base no relatório final da comissão, ficou definida a não priorização das modalidades de ingresso acima.

Nos dias 27 e 28 de janeiro de 2004 realizou-se a Oficina local de discussão do processo de implantação das novas diretrizes curriculares no Curso de Serviço Social, tendo por base uma proposta inicial de projeto pedagógico elaborado pela comissão de implantação das diretrizes curriculares.

A oficina contou com as contribuições dos docentes, ficando materializada em texto, mediante a transcrição das fitas cassete, gravadas durante o evento. Dessa oficina, ficaram objetivadas duas propostas de grade curricular: uma da Profª Lucia Rosa e outra da Profª Simone Guimarães, que saíram da oficina com o encargo de sintetizar as

propostas em apenas uma.

A nova lógica curricular ancora-se em 03 núcleos de fundamentação de formação profissional:

- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
- Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e,
- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

No decorrer do ano de 2004, a comissão participou da Oficina Nacional da ABEPSS, realizada no período de 05 a 07 de abril, na Universidade Federal de Santa Catarina, através da Profª Rosário Silva, mediante confecção e apresentação do pôster "As diretrizes curriculares no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e o Ensino do Trabalho Profissional". Ainda durante esse ano, ocorreu a participação das professoras Simone Guimarães e Lucia Rosa no Encontro Regional de Pesquisa/Oficina Regional de Currículo da ABEPSS – região Norte, nos dias 04 e 05 de novembro, na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, ocasião em que foi apresentada a Proposta inicial de Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFPI. Os membros da comissão de implantação das diretrizes curriculares estiveram representando o curso na diretoria regional norte da ABEPSS, durante todo o ano, através da Profa Lucia Rosa no cargo de representante da graduação; Profa Rosário Silva, no cargo de representante da pós-graduação e Liciane Nascimento, representando os discentes da graduação.

A coordenação de currículo da Pró Reitoria de Ensino e Graduação da UFPI, em reunião com os coordenadores de curso, no dia 23 de junho de 2005, estabeleceu o mês de dezembro de 2005, como último prazo para a conclusão dos projetos de implantação de novos currículos, data prorrogada para julho de 2006 em decorrência da greve.

A greve em 2004 e o envolvimento integral da coordenação nas atividades exigidas pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE obstaram maior envolvimento com o processo de implantação das diretrizes curriculares. Em 2005 a comissão buscou revitalizar o processo através da mobilização do coletivo do Departamento De Serviço Social, através dos núcleos, sem êxito em função da greve.

Com prazos definidos, a comissão inicia seus trabalhos em janeiro de 2006, com a incorporação de outros membros: a Profa Drª Masilene Rocha Viana Tidafi e o aluno Marcones Herberto de Sousa Lima.

Um novo cronograma de oficinas foi estabelecido e os trabalhos foram organizados por núcleo. A primeira oficina ocorreu no dia 16/03/2006 com a palestra da Profa Drª Guiomar de Oliveira Passos sobre questão social. Em seguida, o núcleo das

disciplinas de Fundamentos Teóricos do Serviço Social apresentou sua contribuição, seguido de debate com o coletivo do DSS. No dia 30/03/2006 teve desenvolvimento a 2ª oficina, com finalização das discussões do Núcleo de Fundamentos e apresentação e discussão das disciplinas do Núcleo de Política. No dia 06/04/2006 a oficina versou sobre as disciplinas de Estágio, Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso. No dia 12/04/2006 a oficina girou em torno das disciplinas do Núcleo de Política e das disciplinas oferecidas pelos outros Departamentos, que ofertam disciplinas para o curso de Serviço Social. Finalizando o processo de oficinas, no dia 14/06/06 aconteceu a Oficina de aprovação final das propostas dos núcleos e docentes.

Alguns percalços impediram uma conclusão mais breve do processo. Sabe-se que várias demandas simultaneamente sobrecarregam o coletivo dos docentes, tais como os critérios produtivistas da GED; a necessidade urgente de qualificação em termos de pós-graduação, sobretudo doutorado; a dimensão burocratizante das funções administrativas; a falta de condições objetivas (que repercutem nos aspectos subjetivos) de trabalho; o arrocho salarial; a não reposição dos quadros de docentes e servidores aposentados, o excesso de trabalho na graduação, pós-graduação, dentre os mais evidentes.

Do exposto, pode-se depreender que o processo de implantação das diretrizes curriculares foi, por diversas vezes, preterido frente às inúmeras demandas prioritárias do DSS, sobretudo as de capacitação de seu quadro docente. Como visto, o início do processo de implantação das diretrizes curriculares no plano nacional ocorre no Piauí em um momento ímpar de decisão no âmbito do DSS em capacitar seu corpo docente. Em 1996, com um projeto pioneiro de mestrado interinstitucional, o DSS, em parceria com a pós-graduação da PUC/SP inicia um processo que, ao longo dos anos seguintes materializar-se-á no afastamento de inúmeros docentes para cursos fora do Estado, reduzindo as possibilidades de dar conta das múltiplas atribuições que se faziam necessárias na rotina acadêmica, entre elas, o enfrentamento das dificuldades do processo de implantação das diretrizes curriculares.

No entanto, se houve perdas e grandes investimentos ao longo desse período, há que se visualizar também os frutos. Atualmente, o DSS conta com a quase totalidade de seu quadro docente com doutorado e, obviamente, isso tem repercutido na qualidade do processo ensino-aprendizagem ora desenvolvido e, certamente, terá impacto na produção de uma nova estrutura curricular que dê conta das novas demandas e exigências do mercado de trabalho e desenvolva uma formação acadêmica pautada pelos princípios ético-políticos da profissão e compromisso com uma educação crítica, competente e de qualidade.

4.2.1 Os limites do currículo vigente

Vários limites e problemas foram apontados nos processos de avaliação do currículo vigente, seja na rotina didático-pedagógica, seja nas pesquisas de Guimarães (1995) e mesmo durante os eventos coletivos para implantação das diretrizes curriculares, que requisitam urgente mudança e justificam o processo ora em andamento. Dentre os principais problemas, pode-se enfatizar:

- O significativo tempo despendido com disciplinas que não tratam das questões mais próprias da profissão nos primeiros períodos¹. As disciplinas relacionadas ao Serviço Social só aparecem a partir do 5º período, quando o aluno começa a ter um contato direto com o significado da profissão;
- Repetição de conteúdos entre as disciplinas, o que gera sobreposição;
- A dificuldade de o(a) aluno(a) identificar, a partir do currículo vigente, a estreita relação teoria/método/história na formação profissional, de forma que muitos acabam por alegar não entender o peso “excessivo” dos fundamentos teóricos em contraponto com as necessárias disciplinas que aportem à prática profissional;
- A dificuldade na formulação de um projeto de pesquisa e na construção do trabalho monográfico de conclusão do curso, em face, sobretudo de: pouco contato estabelecido com a realidade mais geral da profissão (com os possíveis “problemas reais” que possibilitariam gerar “problemas de conhecimento” a serem enfrentados pela via da pesquisa social);
- A importância da área de Política Social para a formação profissional encontra-se subequacionada;
- A rigidez da grade curricular que amarra demasiadamente muitas disciplinas, gerando dificuldades para o aluno concluir no tempo previsto, considerando que, nem sempre as ofertas (dias e horários previstos) se adequam às possibilidades discentes. Esse problema vem gerando um número considerável de alunos retidos que demoram bastante na conclusão dos cursos ou mesmo o abandonam.

¹ Em geral, a crítica recai de forma muito contundente às disciplinas ofertadas por outros departamentos, que,, salvo exceções, designam professores que, provavelmente desqualificando o Serviço Social, conferem pouca atenção, zelo profissional e responsabilidade acadêmica a essas disciplinas, gerando insatisfações e prejuízos consideráveis à seqüência normal do fluxo curricular.

4.3 O perfil docente e discente e as condições de ensino-aprendizagem

O Departamento de Serviço Social conta com 16 docentes na ativa. Dos que se encontram no momento em sala de aula, há 08 doutores (04 em Serviço Social; 02 em Ciências Sociais; 01 em Sociologia Política e 01 em Sociologia) e 03 mestres (01 em Serviço Social e dois em Políticas Públicas, sendo uma delas na condição de professora substituta). Acresce-se a esse contexto, 02 professores afastados para o doutorado, 02 para o pós-doutorado e um cedido para atuação junto ao governo do Estado do Piauí. (ver quadro da página 24). Convém ressaltar que a maioria dos docentes tem como regime de trabalho a dedicação exclusiva, apenas dois sendo tempo integral.

Desse total, dois foram contratados na década de 1970; doze na década de 1980 e cinco na década de 1990. A última contratação ocorreu em 1996². Nos anos 1990 o Departamento de Serviço Social perdeu três docentes por aposentadoria. Nos anos subsequentes ocorreram mais três aposentadorias que geraram algumas substituições temporárias, não definitivas, (professores substitutos) o que ocasionou uma sobrecarga de trabalho entre os docentes, também, obviamente como já citado, em função do Departamento de Serviço Social ter priorizado a capacitação docente, desde 1995.

As condições de trabalho dos docentes estão aquém das necessidades. Os docentes queixam-se de falta de equipamentos para o trabalho (computadores, sobretudo), sobrecarga de trabalho, devido a vários fatores, dentre os principais: ausência de tempo para as atividades pedagógicas, para as atividades de pesquisa e extensão, que não são, em geral, consideradas como atividades que possam reduzir a carga de trabalho do ensino. Assim, a iniciativa da pesquisa e da extensão tornam-se, acréscimos à carga-horária, sem que isso repercuta na redução efetiva do trabalho do ensino. A instalação física deixa muito a desejar. A sala de trabalho do docente, no geral, é utilizada por duas pessoas, que tem que dividir um espaço pequeno com material bibliográfico indispensável e distribuir o tempo para orientação dos alunos com os demais colegas, para não haver choque de horários. Associado a isso, é nessas mesmas salas que ocorrem as sessões de monitoria, de trabalhos de pesquisa, de orientação de TCC's, de reuniões de alguns núcleos que não dispõem de salas próprias, entre outros. O caso da monitoria se reverte problemático porque o aluno-monitor precisa dispor de tempo e equipamentos para suas atividades e passa, em geral, a utilizar a sala do professor para tal.

² No entanto, estamos em vias de concretizar uma contratação para admissão à carreira, de uma professora que realiza doutoramento em Serviço Social. O concurso já foi realizado e aguardamos somente a efetivação da posse.

QUADRO I - DOCENTES EFETIVOS DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL POR ÁREA DA MAIOR TITULAÇÃO (JUNHO, 2006)³

TITULAÇÃO POR DOUTORADO	NÚMERO DE DOCENTES
Serviço Social	05
Ciências Sociais	04
Sociologia	1
Ciência Política	1
Sociologia Política	1
Subtotal	12
TITULAÇÃO POR MESTRADO	NÚMERO DE DOCENTES
Serviço Social	03
Políticas Públicas	01
Subtotal	04
TOTAL	16

Fonte: Consulta direta

Além disso, são cada vez mais fortes as exigências produtivistas em torno da produção científica, quadro nacional que desprestigia Universidades periféricas como a UFPI que, no plano nacional, têm reduzidas suas possibilidades de disputa/participação no quadro mais geral das publicações. Agregue-se a isso o reduzido esforço institucional no sentido de publicar os trabalhos. Muitas vezes os professores o fazem individualmente, ou seja, com os poucos recursos próprios colocam no mercado suas idéias na forma de publicações. Assim, se há uma clara sobrevalorização da produção científica em periódicos indexados, há pouco investimento institucional para que os trabalhos sejam efetivamente colocados no mercado.

As funções administrativas, por exemplo, há algum tempo alvo do desagrado de muitos docentes, ao tempo em que exigem muita dedicação, permanecem invisíveis na

³ Esse quadro está em vias de ser alterado pelo doutoramento em Políticas Públicas de duas docentes que constam somente como mestres em Serviço Social e pelo concurso (já realizado) para acesso a carreira docente de uma doutoranda em Serviço Social, o que alterará significativa e positivamente o quadro acima, passando de 04 docentes com a titulação máxima no nível mestrado para somente 02 e ampliando o número de doutores de 12 para 15.

dimensão burocratizante, a sua marca primeira e que se sobressai em detrimento das funções pedagógicas. Outros aspectos agravam tal quadro, dentre eles destacam-se a falta de apoio logístico à atividade docente, como a ausência de funcionários disponíveis para colaborar nas atividades administrativas, a falta de computadores, de material de consumo como até mesmo papel e tinta para impressão; além disso, há um pequeno número de retroprojetores e falta material para incremento de recursos audiovisuais, tal como transparências; projeção em datashow, etc.

O Departamento de Serviço Social conta somente com quatro salas de aula (340, 342, 343 e 358), relativamente permanentes. Quanto às condições destas, sobressai-se a acústica ruim. Também o seu formato não contribui para a boa interação entre os alunos, no geral, de 45 a 50 alunos. Os docentes supervisores de estágio têm que fazer visitas às instituições campo de estágio em carro próprio, sem nenhum tipo de compensação.

No que tange ao **corpo discente**, e a partir de esforço, que embora não seja recente, oferece uma aproximação a necessidade de conhecer o perfil desse segmento, tem-se que o curso de Serviço Social contou com aproximadamente 270 alunos que compareceram regularmente para a matrícula no ano 2003. Deste montante, 188, ou seja, 69,6% responderam ao questionário aplicado com o objetivo de traçar o perfil do alunado do Curso de Serviço Social, Destes, 96,8% são do sexo feminino e apenas 3,2% são do sexo masculino, o que confirma o dado histórico da predominância feminina na profissão, no Brasil e na maior parte do mundo Ocidental, acompanhando a divisão sexual do trabalho, associada às qualidades subjetivas associadas às mulheres.

O perfil discente revelou que 79,8% são solteiros(as); 17,2% são casados(as) o que converge com a faixa etária juvenil, que prevalece no curso, haja vista que 24,4% têm menos de 20 anos e 55,3% encontram-se na faixa dos 20 aos 30 anos. Apenas 1,2% se situam na faixa acima dos 60 anos.

A religião católica predominou em 79,2%; os evangélicos encontram-se representados em 9,2%; os espíritas com 4,2%, enquanto 4,2% não se filiam a nenhuma vertente religiosa. Tal informação sugere a influência da religião na escolha da profissão, dado também histórico na categoria.

Quanto à naturalidade, 61,7% são nascidos em Teresina; 22,3% no interior do Estado e 16% são oriundos de outros Estados; 62,2% residem em família do tipo nuclear (pais e filhos); 16,5% em família nuclear ampliada (pais, filhos e outros parentes); 14,4% em famílias monoparentais, chefiadas pela mulher; 1,1% em famílias monoparentais, chefiadas pelo homem e 0,5% em famílias unipessoais. Ou seja, prepondera o tipo de família conjugal, nuclear, muito embora a representatividade de outros arranjos familiares seja significativo.

No tocante à renda, 32,4% declararam uma renda familiar entre 5 e 6 salários mínimos; 28,3% mais de 7 salários mínimos; 26,6% de 3 a 4 salários mínimos; 11,1% de 1 a 2 salários mínimos e 1,6% menos de 1 salário mínimo, isto é, a renda familiar situa-se entre os estratos de classe média baixa, fato que contrasta com a informação de que 67% não trabalha, ou seja, tem a possibilidade de ser um estudante profissional.

Entre os 33% que trabalham, 17,5% exercem atividade em instituições públicas, com destaque para as Secretarias municipal e estadual de educação; de saúde; SASC e Secretaria de Segurança. Entre as instituições empregadoras da rede privada sobressaiu a rede particular de ensino, seguido do comércio e área da saúde privada (hospitais e laboratórios). Entre as ocupações remuneradas/profissões destacou-se a condição de professora, representada por 10%; seguida da atividade de estagiária (2,6%); recepcionista (2,6%) e secretária (2,1%).

Com relação à motivação para escolher o Curso de Serviço Social, 44,7% responderam "identidade e afinidade"; 13,3% "colaborar para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa"; 11,7% realização profissional; 6,9% aprender a viver melhor em sociedade e ajudar os outros; 6,3% sugestão de amigos e parentes; 4,8% aumento de conhecimentos; 3,2% mercado de trabalho e 2,7% influência de profissionais da área. Prevalcem as motivações subjetivas para a escolha do curso, fenômeno igualmente identificado por Teixeira (1998, p. 79) que avalia que na visão do alunado "são necessárias aptidões e/ou qualidades pessoais, inatas aos aspirantes à carreira de assistente social".

Entre os aspectos positivos do curso foi destacado o seguinte: para 13,8%, conteúdo amplo e abrangente; 12,2%, professores capacitados e competentes; 9%, ajuda a compreender a realidade e 5,3%, desenvolve o senso crítico e ajuda a enfrentar situações. Entre os aspectos negativos e sugestões, foram salientados: 14,4% falta de organização no horário das disciplinas; 13,3% pouca atividade prática; 10,1% disponibilizar mais estágio; 9% atualizar a grade curricular; 6,9% motivar mais professores e alunos; 3,1% pensar um pouco mais nos que estão fora do bloco ou trabalham e 3,1% disponibilizar mais disciplinas ligadas ao curso no primeiro período.

Com relação ao engajamento em atividade de natureza social, política ou religiosa constatou-se que 61,2% não participam de ações desta natureza. Entre os 37,2% que afirmaram participar de algum tipo de instituição, 28,7% apontaram a atividade religiosa; 1,6% a ação voluntária em atividade filantrópica e 1,6% em partido político. Na questão da ocupação do tempo livre: 25,5% empregam-no estudando; 12,8% descansando e em atividade de lazer e 8,5% dedicando-se à família. Ou seja, o estudo consome o maior tempo dos alunos; 44,1% responderam que se encontram fora do bloco, ou seja, não concluirão o curso no tempo mínimo previsto. Tal dado encontra-

se um pouco acima do verificado no levantamento dos últimos 5 anos dos alunos matriculados no Curso de Serviço Social, ocasião em que identificou-se que, anualmente, uma média de 40,9% encontra-se fora do bloco. Todavia, uma média de 39,6 alunos conclui anualmente o Curso de Serviço Social, desde sua criação.

Dos 44 alunos que ingressaram no curso no 1º/2003, trinta, ou seja, 68,18% fizeram solicitação de matrícula considerando o bloco. Ou seja, 14 alunos (31,82%) tendem a iniciar o curso "fora do bloco", aspecto que tende a se agravar com o desenvolvimento dos alunos pela grade curricular. Dos 36 concludentes do 2º/2002, 36,1% ingressaram no curso em 1999, ou seja, conseguiram concluí-lo percorrendo os blocos da grade curricular, enquanto 67,5% mantêm-se "fora do bloco".

Em média 59% permanecem no curso seguindo o bloco. Contudo, no período de 2002 a 2003, de 36 a 38% do alunado concluiu o curso acompanhando o bloco. Vários aspectos justificam tal situação:

- A forma de organização e oferta das disciplinas do curso, predominantemente no turno tarde e noite, que requisita um estudante profissional, com dedicação quase exclusiva para o curso. Além disso, o estágio curricular é oferecido preponderantemente no turno da manhã, em função do fato de a dinâmica das instituições campo de estágio concentrar-se neste período;
- Parte significativa do alunado faz um outro curso paralelamente. Como exemplo, dos ingressantes em 2003, 17 (dezessete), ou seja, 38,6% é aluno de outro curso, número um pouco acima dos 14 (31,82%) que se matricularam "fora do bloco", o que sugere que outras questões de ordem pessoal incidem sobre a não priorização do Curso de Serviço Social.

A saída do bloco coloca o aluno em uma situação vulnerável no Curso de Serviço Social, posto que, conforme os critérios do sistema acadêmico, deixa de ser prioridade a sua matrícula em disciplinas subseqüentes.

O Curso de Serviço Social ainda depara-se com as dificuldades em administrar/acompanhar os alunos em situação irregular. A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação listou 66 alunos nesta condição no 2º/2003 no CSS e orientou a coordenação a analisar a situação de cada um para fins de avaliar a possibilidade de inclusão em termo de compromisso. Compareceram para justificar sua situação irregular apenas quinze alunos. O curso conta com poucos alunos com termo de compromisso em

vigência⁴.

4.4 As diretrizes e a nova lógica do currículo

As diretrizes curriculares se impõem sob o signo da necessidade de uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando:

- 1) A priorização de uma leitura crítica do processo histórico, apreendido em sua totalidade;
- 2) A investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que norteiam a constituição da sociedade brasileira, sob o modelo de produção capitalista;
- 3) Apreensão do significado social da profissão nos seus produtos/respostas diante das diversas conjunturas;
- 4) Compreensão das demandas postas ao Serviço Social pela via do mercado de trabalho e das mudanças nas relações público e privado e na gestão das políticas sociais e do Estado brasileiro;
- 5) Fortalecimento do exercício profissional em sintonia com as competências e atribuições estabelecidas na legislação profissional vigente.

A nova lógica curricular tem o trabalho como central na constituição do ser social. Neste horizonte é colocado para o processo de formação profissional o entendimento do processo de trabalho do assistente social no cerne do debate teórico-metodológico que possibilite uma apreensão crítica do ideário profissional:

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABEPSS, 1996).

Assim, o projeto de formação profissional é constituído por um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos em núcleos de fundamentação que se afirmam como eixos articuladores da formação e se desdobram em áreas de conhecimento, as quais são traduzidas pedagogicamente, no conjunto dos componentes curriculares. Desse modo, não se pretende hierarquizar, nem estabelecer uma ordem entre os três núcleos.

⁴ O termo de compromisso constitui-se em um acordo, por escrito, com o aluno no sentido de que a UFPI compromete-se a priorizar sua matrícula em disciplinas, mas terá que seguir um cronograma para concluir o curso em determinado tempo.

4.4.1 Os núcleos de fundamentação da Formação Profissional

Conforme estabelecem as diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, são três os núcleos que fundamentam a formação profissional, a saber:

- **Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos a Vida Social:** congrega as atividades encarregadas de explicar o processo de compreensão e apreensão do ser social.
- **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:** aglutina as atividades relacionadas ao campo de saber que permitem a compreensão da constituição econômica, social e política e cultural da sociedade brasileira, tendo por eixo a constituição do modo capitalista no Brasil, a conformação do Estado Brasileiro, a formação e dinâmica das classes sociais no Brasil e o significado e o caráter contraditório do Serviço Social.
- **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:** gira em torno das ações que remetem aos processos de profissionalização do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho.

4.4.2 Objetivos do curso

- Formar assistentes sociais numa perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, crítica e plural, de forma a qualificá-los para:
 - Apreender o processo histórico-social como totalidade, reproduzindo o movimento real em suas manifestações universais, particulares e singulares;
 - Enfrentar os desafios que se interporão em suas trajetórias profissionais, a partir de uma leitura da complexidade da questão social contemporânea, de forma a identificar no trato interdisciplinar uma via possível de atuação;
 - Apreender o significado social da profissão e as demandas consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, desvelando as possibilidades de ação frente às distintas manifestações da questão social;

- Desenvolver pesquisas acerca dos processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira, sobre o fazer profissional e, de forma geral, sobre temáticas e questões que apontam para o aprimoramento da ação profissional pela via da produção do conhecimento.

4.4.3 Competências e habilidades esperadas

Fundamentados na Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996) e na Resolução CFESS 273/93, de 13 de março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional, as competências e habilidades requeridas dos egressos do curso de Serviço Social são:

- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos concernentes aos âmbitos de atuação do Serviço Social;
- Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população no sentido de identificar e mobilizar recursos e de fazer uso dos mesmos;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas, ONG's e outras entidades;
- Realizar estudos sócio-econômicos para fins de benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas e estudos sócio-econômicos para identificar necessidades sociais que subsidiem a formulação de políticas;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a área de Serviço Social;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Formular e operacionalizar políticas sociais;
- Planejar e organizar pesquisas, investigar, estudar e atuar junto à questão social e suas conseqüências na sociedade, procurando contribuir na análise da realidade social, para subsidiar a atuação profissional e outros processos interventivos e para enriquecer a produção de conhecimento na área de Serviço Social e similares;
- Atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento;

- Formular, implementar e avaliar políticas sociais, bem como formação e gestão de pessoas;
- Assessorar e apoiar os movimentos e grupos sociais populares no exercício, defesa e conquista dos seus direitos.

5 ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR

A organização curricular do curso de Serviço Social da UFPI fundamentar-se-á nos **princípios** definidos pela LDB e Diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC, como segue:

- flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional de defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- estabelecimento das dimensões investigativa, interpretativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 03).

O princípio da flexibilidade manifesta-se na diversificação dos elementos curriculares. O currículo proposto é organizado em torno de disciplinas obrigatórias e eletivas – sendo as últimas recomendadas, mas de livre escolha; disciplinas optativas que abordarão questões emergentes no cotidiano interventivo e ou temáticas específicas a serem aprofundadas; oficinas dirigidas para o desenvolvimento de uma postura investigativa; laboratórios para a vivência de técnicas e instrumentos de trabalho e atividades complementares, para incrementar o desenvolvimento político, cultural e científico dos alunos.

O aluno será engajado em atividade de estágio e elaboração e desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso, construído mediante orientação e avaliação de um docente do Departamento de Serviço Social. A atividade de estágio curricular obrigatório e o TCC terão regimentos específicos.

A carga horária mínima prevista na proposta de diretrizes curriculares é de 2700 horas (excetuando o estágio curricular e o TCC) e, no currículo ora proposto, é de **3210** horas, assim distribuídas:

- Disciplinas obrigatórias: indispensáveis - 25 das quais com carga horária de 60 horas-aula (1500 horas) e quatro disciplinas de estágio supervisionado, com carga horária prática de 225 cada uma (450 horas em campo de estágio) e carga horária teórica de 60 horas cada (120 horas), totalizando 570 horas;
- Disciplinas optativas – com margem de escolha, mas indispensáveis, posto que diversificam a formação do aluno: duas com carga horária de 60 horas, somando 120 horas;
- Laboratório – para a vivência/experimentação de técnicas e instrumentos de trabalho: um, com 60 horas;
- Oficinas – voltadas para o desenvolvimento da atitude investigativa; da pesquisa ou discussão de temas emergentes: duas com carga horária de 60 horas aulas cada, somando 120 horas;
- Atividades complementares – propulsoras do crescimento político, cultural, profissional e acadêmico (monitoria, extensão, eventos científicos, atividades culturais, iniciação científica etc.) correspondendo ao mínimo de 5% da carga horária do curso.

A disciplinas serão ofertadas, prioritariamente, no turno da tarde. Cada turma terá 45 vagas, a fim de atender à demanda de anual de 45 alunos, que ingressam anualmente, no curso.

5.1 Atividades complementares

As atividades complementares compreendem um repertório diversificado de atividades que ampliam a concepção de educação, para além das atividades de sala de aula e estágio, indo além dos muros da Universidade e da mera transmissão e recepção de conhecimento, estimulando o aluno a ser sujeito dos processos de produção do saber. Envolve atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos, com apresentação de trabalho.

Tais atividades deverão passar por um processo de reconhecimento interno no âmbito da UFPI e Coordenação de Serviço Social, através de processo instruído e formalizado junto à Diretoria de Assuntos Acadêmicas, submetido ao colegiado do Curso, para apreciação.

Os **Seminários Temáticos** constituir-se-ão em oportunidades de aprofundamento teórico, a partir das grandes matrizes que balizam a atuação do Serviço Social.

Os **Tópicos Especiais** objetivarão criar momentos específicos para aprofundamento de temáticas relevantes sob diferentes perspectivas, estimulando o senso crítico e a criatividade do alunado. Versarão, por exemplo, sobre gerontologia social, meio-ambiente, novas demandas do mercado de trabalho para o assistente social, pobreza urbana e rural, a questão social nordestina, entre outros. Nesse sentido, foram propostos os seguintes tópicos especiais:

- Tópico Especial em Políticas Públicas I, II, III;
- Tópico Especial de Assistência Social I, II, III
- Tópico Especial de Saúde I, II, III;
- Tópico Especial de Saúde Mental I, II; III
- Tópico Especial de Previdência I, II, III
- Tópico Especial de Portadores de Necessidades Especiais I, II, III
- Tópico Especial de Educação Especial I, II, III
- Tópico Especial de Questão Agrária I, II, III
- Tópico Especial de Questão Urbana I, II, III
- Tópico Especial de Infância e Juventude I, II, III

- Tópico Especial de Terceira Idade I, II, III
- Tópico Especial de Questão Social I, II, III
- Tópico Especial de Questão ambiental e Serviço Social I, II, III
- Tópico Especial de Terceiro Setor I, II, III
- Tópico Especial em Movimentos sociais e sociedade I, II, III
- Tópico Especial em Métodos e técnicas de Pesquisa I, II, III
- Tópico Especial em Família e redes de proteção social I, II, III
- Tópico Especial em Questão de Gênero I, II, III
- Tópico Especial em Processos de Trabalho do Assistente Social I
- Tópico Especial em Processos de Trabalho do Assistente Social II
- Tópico Especial em Fundamentos teóricos metodológicos em Serviço Social I
- Tópico Especial em Fundamentos Teóricos Metodológicos em Serviço Social II
- Tópico Especial em Teorias Sociais I, II, III
- Tópico Especial em Gestão pública e controle social I, II, III
- Tópico Especial em Ética Profissional I, II, III
- Tópico Especial em Direitos e Cidadania I, II, III
- Tópico Especial em Instrumentos e Técnicas do Serviço Social I, II, III
- Processos de Trabalho do Assistente Social em Instituições Públicas
- Processos de Trabalho do Assistente Social em Instituições Privadas
- Processos de Trabalho do Assistente Social no Terceiro Setor

As **oficinas e os laboratórios** abrangerão vivências relacionadas com:

- Experiências de geração de emprego e renda;
- Gestão de pessoas;
- Assessoria, consultoria e elaboração de projetos;
- Marketing social;
- Trabalho em equipe interdisciplinar, e outros pertinentes à prática profissional.

5.2 O Estágio Curricular Supervisionado

Rica e complexa tem sido a experiência do curso de Serviço Social do Piauí, no que tange ao estágio supervisionado. Mesmo subordinados à conjuntura de oferta de vaga pelas instituições-campo de estágio, temos realizado um grande esforço para garantir um padrão mínimo de organização para o estágio, de modo a cumprir as diretrizes curriculares, no que toca a esta importante dimensão da formação profissional. A primeira turma de Estágio do Curso de Serviço Social em nossa Universidade Federal do Piauí

[...] aparece nos idos de 1979, envolvendo as áreas de Assistência Social e Habitação, cujas instituições e campos destacam-se, pela quantidade de estagiários absorvidos, os seguintes: Secretaria do Trabalho e Promoção Social do Estado – STPS, Companhia de Habitação do Piauí – COHAB, Legião Brasileira de Assistência – LBA, Comissão de Assistência ao Estudante da UFPI-CAE (GUIMARÃES 1995, p. 36).

Da mesma fonte de informação, sabe-se que, até 1986, as áreas de política social predominantes como campos de estágio foram: extensão, assistência social, saúde/saúde mental, empresa/trabalho, educação/educação especial, trabalho com populações e habitação. A partir de 1991, sobressaem-se, criança e adolescente, saúde/saúde mental, mulher/gênero e empresa/trabalho. Quanto à natureza das instituições-campo, prevalecem as instituições públicas, com destaque para as de abrangência municipal e estadual, representadas em 65%.

Na avaliação de Guimarães (1995), anualmente, uma média de 25 instituições figuram como campo de estágio até 1986. Nos anos 1990, as áreas que ganharam evidência foram: criança e adolescente; saúde/saúde mental; mulher/gênero e empresa/trabalho.

A avaliação historiográfica aponta que houve um momento de declínio no número de oferta de estágio na área da assistência social, espaço ocupacional tradicional da profissão e que tem ganhado maior densidade teórico-metodológica enquanto política pública. Todavia, a partir do ano 2000, a área da assistência volta a ganhar importância quantitativa na absorção de alunos estagiários.

Evidentemente, em todas as áreas de políticas setoriais, o assistente social é demandado a prestar serviços de natureza assistencial, mas é nas instituições de cunho assistencial *strictu sensu* que é o agente profissional privilegiado a formular e implementar a política que o identifica.

A área de empresa, pouco expressiva no Estado, haja vista que o parque industrial é restrito e a economia do Piauí é voltada para o setor primário e terciário, também teve diminuição na oferta como campo de estágio, em função dos impactos das reestruturações organizacionais que tenderam a extinguir o setor de Serviço Social,

enxugando o quadro de profissionais ou redirecionando o tamanho ou subordinando o setor a outras divisões. Vale lembrar que a maioria das empresas que figuraram como campo de estágio era de natureza pública ou mista: AGESPISA, CEPISA, CORREIOS, TELEPISA.

Observa-se que as instituições-campo de estágio mantiveram-se relativamente as mesmas, desde o início do curso, o que indica uma boa parceria entre UFPI e organizações e sugere um bom desempenho dos estagiários e de suas propostas de intervenção. Por outro lado, a pouca diversificação de campo de estágio aponta para a diminuta abertura para novas demandas ou novas experiências.

Em média, 3 a 4 professores do Departamento de Serviço Social envolvem-se de forma direta, como docente-supervisor, parecendo haver resistência no coletivo a experimentar inovações neste campo.

As poucas experiências inovadoras remetem aos núcleos de pesquisa do CCHL, onde se destacou o NUPEC, que se constituiu como campo de estágio por um tempo mais longo. A área do meio ambiente também teve início como campo de estágio, através da SDU/PMT. Alguns docentes do DSS também já vivenciaram a experiência de acumular a condição de docente supervisor com a de supervisor de campo. Até a presente data, não houve uma avaliação do caráter inovador destas vivências.

Em 2003, figuraram como campo de estágio as seguintes instituições: Projeto Periferia; Casa de Zabelê; 2ª Vara da Infância e Juventude; SASC (Casa Feminina; Liberdade Assistida e Orfanato Maria João de Deus); Hospital Areolino de Abreu; UFPI/PRAEC/CACOM; SEMTCAS; SASC; Hospital Getúlio Vargas; Maternidade Dona Evangelina Rosa; Instituto de Doenças Tropicais Dr. Nathan Portela (antigo HDIC) e Hospital Infantil Lucídio Portela, isto é, 11 (onze) instituições. Apenas a SEMTCAS oferecia estágio curricular remunerado, abarcando 04 alunos no ano 2003. Em 2006, acrescenta-se ao rol das instituições acima o Hospital do Mocambinho, o PTIA/UFPI, o MPP e o NUPEC.

É interessante notar que as áreas em que as políticas ganharam um arcabouço teórico-metodológico mais sólido e que configuraram como políticas públicas consolidaram-se como áreas tradicionais de campo de estágio, a saber: criança e adolescente - por ser prioritária constitucionalmente - e saúde - em face da implementação do Sistema Único de Saúde.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Serviço Social é regido pela Resolução nº 047/91-CEPEX e pelo Regimento do Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social, proposto, discutido e aprovado na reunião do Núcleo de Estágio de 19/04/2001 e que, durante o ano 2003, tramitou pelas instâncias superiores da UFPI,

CEPEX, sendo aprovado por meio da Resolução nº 050/05, do CEPEX, em 08 de abril de 2005.

Trata-se de uma atividade obrigatória, que tem uma carga horária total de 620 horas, exercidas em dois semestres letivos e em duas formas de ação: o estágio supervisionado e o seminário de prática. Por meio do primeiro, que tem natureza interventiva direta, o aluno tem acesso ao campo de estágio e, a uma disciplina de caráter teórico-reflexivo sobre o campo. Em estágio supervisionado, o aluno insere-se em uma atividade na instituição campo de estágio, durante 16 horas semanais, de 2ª a 5ª feira. Em seminário de prática, os alunos reúnem-se com o docente supervisor, na sexta-feira, de 08 às 12 horas, para analisar teoricamente os aspectos relacionados à política social específica, à qual está vinculado, assim como aos desafios do cotidiano interventivo. Desse modo, cada disciplina de Estágio Supervisionado (I e II) totalizam 500 horas e as de Seminário de Prática (I e II) somam 120 horas, dinamizadas em dois semestres letivos.

A gestão do estágio é feita pela Coordenação de Estágio Curricular do curso de Serviço Social que é vinculada à Coordenação do curso do mesmo nome à Coordenação de Estágio Curricular da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Dispõe, essa instância de um coordenador, escolhido entre os docentes que integram o Núcleo de Estágio do Departamento de Serviço Social, referendado pelo Colegiado do Curso, com carga horária semanal de 20 horas e mandato de 2 anos, podendo haver recondução.

As instituições governamentais, não governamentais, os movimentos populares e as empresas privadas poderão constituir-se como campo de estágio, desde que mantenham, de forma permanente, pelo menos um assistente social em seu quadro (conforme Título II, Art. 2º, inciso e, do Código de Ética Profissional do Assistente Social), apto a exercer a função de supervisor de campo e seja aprovado enquanto tal pelo Núcleo de Estágio. Para tanto, é firmando convênio com a UFPI, através da Coordenação de Estágio Curricular da PREG.

As instituições campo de estágio são agrupadas por áreas de política social, com no mínimo 10 alunos e no máximo 20 cada uma, a cargo de um docente supervisor e dos supervisores de campo, versado/identificado com a temática/questão social correspondente. Tal divisão visa garantir uma racionalidade na abordagem de uma política social, garantindo uma maior coesão entre os alunos e evitando a pulverização do docente entre diferentes áreas.

Compete ao docente supervisor promover o acompanhamento dos alunos nos campos de estágio, de forma indireta, através de visitas periódicas às instituições e através da documentação do estágio: Plano de Estágio; Projeto de Intervenção; Diário de Campo e Relatório Final.

Alguns alunos inserem-se em atividade de estágio extracurricular, que, no geral, tem o atrativo de uma remuneração mensal e o ganho de experiência, mas não dispõe de acompanhamento pedagógico. A Pró-Reitoria de Extensão é que se encarrega de receber a demanda das instituições e, algumas vezes, remete-as para a Coordenação do curso que, eventualmente, é convidada a processar a seleção dos alunos. O principal critério seletivo é o coeficiente de rendimento escolar. Uma outra exigência marcante é o aluno estar cursando a partir do 4º bloco (semestre letivo).

5.3 O Trabalho de Conclusão de Curso

No Curso de Serviço Social da UFPI, em obediência à Lei 1.889, de 13 de junho de 1953, que regulamenta o ensino da profissão de Serviço Social no Brasil, o TCC é uma atividade obrigatória, não computada na carga horária mínima do Curso.

Inicialmente, o TCC constituía uma atividade vinculada à experiência de estágio, configurando uma sistematização desta vivência. Era confeccionado de forma individual e sua construção era acompanhada pelo supervisor de campo (profissional vinculado à instituição campo de estágio). O produto final era avaliado por uma banca examinadora composta pelo supervisor de campo, pelo professor responsável pela orientação ao aluno e um convidado (de dentro ou fora da UFPI), ligado ao tema. Não havia arguição.

A autoria individual dos trabalhos predomina até 1983 (GUIMARÃES, 1995 p. 43). A partir de 1984, a "experiência grupal ganha destaque e em 1989 os TCC's com autoria de 03 pessoas passam a ser as principais referências".

A partir do currículo II, de 1987, o TCC transforma-se em uma disciplina de 60 horas, situada no 8º e último período da grade curricular. O seu produto final é uma monografia, que aborda temas voltados para o processo de produção do conhecimento relacionados "a questão social e desafios postos ao Serviço Social" (GUIMARÃES, 1995), vinculados ou não à experiência do Estágio, eliminando-se a exigência de apresentação em banca examinadora. Em 1993, com a aprovação da regulamentação do TCC no Curso de Serviço Social, a exigência de sua produção torna-se, preferencialmente individual, admitindo-se, no máximo, 02 alunos como co-autores.

O processo de acompanhamento e avaliação torna-se um encargo do docente do Departamento de Serviço Social. O desenvolvimento do TCC é precedido de um PROJETO MONOGRÁFICO, iniciado na disciplina Pesquisa Social II e dinamizado enquanto PROJETO (fase exploratória da pesquisa) na disciplina Pesquisa Social III. Com o projeto pronto e aprovado em Pesquisa III, o aluno passa a ser orientado por um docente, que o avalia com base em 03 aspectos:

- Nível de familiaridade com o estudo e a problematização;
- Desenvolvimento do tema;
- Produto final apresentado.

Dessa maneira, há duas avaliações relacionadas ao processo de construção do TCC e uma que remete ao produto final consignado pelo aluno. Como disciplina, o TCC:

- Tem um programa, elaborado pelo orientador e discutido com o orientando;
- Vincula-se ao Núcleo de Pesquisa Social do DSS;
- Constitui turmas, a partir de campos temáticos;
- Conta com até 02 trabalhos por turma, ou seja, cada TCC orientado equivale a uma carga-horária de 30h registradas como trabalho de orientação do professor, embora para o aluno, a carga-horária seja de 60h.

Em 1999, uma portaria do Departamento de Serviço Social recomenda que o número de páginas não seja inferior a 40, não definindo, no entanto, um número máximo. Em relação às preferências temáticas, uma análise promovida por Guimarães (1995, p. 44) acerca dos TCC's, indica que

[...] a questão da criança e do adolescente tem 14% das preferências. Em segundo lugar aparece o tema saúde com 10,7% e [...] a questão da mulher com 9,8%. Nos TCC's em que o Serviço Social ganha proeminência na relação com a temática, destaca-se em primeiro lugar, o tema Deficiência Física e Mental com 15,9%. Em segundo lugar, vem o tema Empresa, com 12,2% das intenções e, em terceiro, as questões relativas à Saúde e Teoria em Serviço Social com 11% cada uma das preferências. Um outro dado importante é que as temáticas mais gerais, sem vinculações maiores com o Serviço Social, têm-se constituído em principais preocupações dos alunos. Assim, 60% dos TCC's pesquisados referem-se a essas questões contra 40% daquelas mais específicas ao Serviço Social.

Segundo ainda Guimarães, (1995, p. 45) "três temas ganham destaque: Saúde, representando 10,8%; Deficiência Física e Mental e Criança e Adolescente 8,8% cada um; Organização de Comunidade/DC 7,4% das preferências". Isto é, "os temas vinculados às Políticas Sociais são destacados, com 45% das escolhas".

Em levantamento compreendendo os anos entre 1999 e 2002, identificou-se que o tema da saúde mantém seu predomínio, abrangendo de 30 a 41% das monografias apresentadas. Em seguida, desponta a área da criança e do adolescente representando entre 23 a 41% do montante e em terceiro lugar aparece as áreas da família (com 11%), assistência e gênero (ambas com 10). A monografia de autoria individual sobressai, com um percentual entre 69 e 72%. A correlação direta entre o

tema e o campo de estágio predomina em 31 a 34% das monografias entregues.

6 MATRIZ CURRICULAR

NOVA PROPOSIÇÃO CURRICULAR			
BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
10	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	15	
	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	90	
	ECONOMIA POLÍTICA	90	
	INTROD. AO SERV. SOCIAL	45	
	INT. TÉCNICAS EST. ORGANIZAÇÃO TRABALHO CIENTÍFICO	60	
	FORMAÇÃO SÓCIO-HIST. DO BRASIL	60	
	INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	60	
	Créditos totais do semestre	420	

BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
2º	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE E DO PIAUÍ:	60	
	PSICOLOGIA GERAL	90	
	QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	60	
	FUND. HIST. E TEOR. MET. SERV. SOC. I	60	Introdução ao Serviço Social
	INICIAÇÃO À POLÍTICA	60	
	DIREITOS E CIDADANIA	60	
	SEMINÁRIO TEMÁTICO I	30	
	Créditos totais do semestre	420	

BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
3º	OFICINA I – EXPRESSÕES E VIVÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL NO PIAUÍ	30	Questão social no Brasil
	SEMINÁRIO TEMÁTICO I I-	30	
	FUND. HIST. E TEOR. MET. SERV. SOC. II	60	Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. I
	OFICINA – VIVÊNCIAS EM PESQUISA E EXTENSÃO	30	
	INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	60	
	ÉTICA GERAL	60	
	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I	60	Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. I
	POLÍTICA SOCIAL I	90	Iniciação à Política
	Créditos totais do semestre	420	

BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
4º	FUND. HIST. E TEOR. MET. SERV. SOC. III	60	Fundamentos Hist. Teor. II
	PROCESSO DE TRABALHO DO SERV. SOCIAL II	60	Processo de Trabalho SS I Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. II
	OFICINA: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS EM PROCESSOS DE TRABALHO	30	Processos de Trabalho do S. S. I
	SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	60	Iniciação à Política
	SEMINÁRIO TEMÁTICO III	60	
	SEMINÁRIO TEMÁTICO IV	30	
	TÓPICO ESPECIAL	30	
	POLÍTICA SOCIAL II	60	Política Social I
	Créditos totais do semestre	390	

BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
5º	FUND. HIST. E TEOR. MET. SERV. SOCIAL IV	60	Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. III
	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III	60	Processos de Trabalho do Serviço Social II e Fundamentos Hist. Teor. Mét. S. S. III
	ÉTICA PROFISSIONAL	60	Processos de Trabalho S. S. II e Ética Geral
	POLÍTICA SOCIAL III	60	Política Social II
	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS	90	Política Social I
	PESQUISA SOCIAL I	60	Inst. Tec. Est. Org. Trabalho Científico;
	Créditos totais do semestre	390	

BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
6º	PESQUISA SOCIAL II	90	Pesquisa SOCIAL I
	SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	60	Co-requisito Estágio Supervisionado I
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	225	Processos de Trabalho do SS III; Planejamento e Gestão de P. P e Fundam. Hist. e Teor. Met. do S. S. IV
	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS	60	Política Social II
	Créditos totais do semestre	435	

BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
7º	MONOGRAFIA I	60	Pesquisa II
	TÓPICO ESPECIAL	60	
	EST. SUPERVISIONADO II	225	Estágio Sup. I
	SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	60	Co-requisito Estágio supervisionado II
	Créditos totais do semestre	405	

BLOCO	DISCIPLINAS	CH	PRÉ- REQUISITO
8º	ATIVIDADE COMPLEMENTAR I	120	
	MONOGRAFIA II	210	Monografia I
	Créditos totais do semestre	330	
Totalização dos créditos do curso		3.210	

7 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso de Serviço Social		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 15 h	CRÉDITOS 1.0.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA: Currículo do Curso de Graduação em Serviço Social; Instâncias da unidade gestora e suas competências.		

DISCIPLINA: Introdução à Filosofia		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 90h	CRÉDITOS 6.0.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA: O ser no mundo: visão da metafísica clássica; visão da analítica existencial. A sociabilidade humana como problema filosófico. Idealismo e materialismo. Correntes filosóficas contemporâneas.		

DISCIPLINA: Iniciação à Política		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Os sentidos da política. Administração de interesses. Ocupação do espaço público. Campo de práticas emancipatórias. A política na contemporaneidade. A emergência do tipo moderno de Estado e suas variações. As ações do Estado. As instituições políticas.		

DISCIPLINA: Iniciação Antropológica		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Cultura, etnocentrismo e relativismo. A relação entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.		

DISCIPLINA: Iniciação Sociológica		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: A emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social. As matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo.		

DISCIPLINA: Introdução ao Serviço Social		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 45h	CRÉDITOS 3.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Origem, significado e configurações principais do Serviço Social na Europa, Estados Unidos e América Latina. Caracterização geral e introdutória da profissão e do mercado de trabalho no mundo atual. As formas de organização da profissão e do profissional de Serviço Social.		

DISCIPLINA: Formação Sócio-Histórica do Brasil		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Constituição histórica dos direitos e da cidadania no Brasil. O Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo. A modernização conservadora no pós-64. Transição democrática e neoliberalismo.		

DISCIPLINA: Instrumentos e Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Natureza e configurações teóricas gerais sobre o trabalho científico. Formas de trabalhos científicos. Instrumentos e técnicas relacionadas ao trabalho científico. Normas técnicas de elaboração do trabalho científico.		

DISCIPLINA: Psicologia Geral		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 90h	CRÉDITOS 6.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A fundamentação das questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.		

DISCIPLINA: Economia Política		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 90h	CRÉDITOS 6.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: A constituição da economia política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional. Produto. IDH. Distribuição de renda. Política fiscal.		

Orçamento Público. Noções básicas de economia internacional. Exportação e importação. Taxa de câmbio. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

DISCIPLINA: Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social I		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: - Introdução ao Serviço Social
EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideológicas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período da gênese e da institucionalização da profissão – anos 30 aos anos 40, destacando: grupos pioneiros da profissão, as primeiras escolas e seus processos de formação, as influências da Igreja Católica e do tomismo, campos de ação e prática profissional, vínculos e relações com as primeiras Instituições Assistenciais e de Serviço Social.		

DISCIPLINA: Questão Social no Brasil		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Emergência, significados, desenvolvimento e configuração da questão social no Brasil, destacando as dimensões gerais da questão social na contemporaneidade.		

DISCIPLINA: Formação Sócio-Histórica do Nordeste		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: A formação sócio-histórica do Nordeste, com ênfase no Piauí. A configuração das questões agrárias e urbanas nordestina. As novas configurações dos segmentos sociais e do poder político no Nordeste, pós 70. As intervenções do Estado Brasileiro na região. Globalização e suas repercussões nas políticas regionais.		

DISCIPLINA: Seminário Temático I		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 45h	CRÉDITOS 3.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Positivismo, destacando autores clássicos como: Comte, Durkheim e outros		

DISCIPLINA: Seminário temático II		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 45h	CRÉDITOS 3.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Marxismo		

DISCIPLINA: Oficina I		CÓDIGO
------------------------------	--	--------

Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 30h	CRÉDITOS 0. 2.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Expressões e vivências da questão social no Piauí.		

DISCIPLINA: Ética Geral		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: A questão da Ética, da Moral e de suas relações com a Filosofia. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões na sociedade.		

DISCIPLINA: Fund. Hist. Teor. Met. Serv. Social II		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: - Fund. Hist. Teor. Met. Serv. Social I
EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideológicas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período desenvolvimentista, destacando: a expansão da profissão; o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo, o Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social de Comunidade, o Movimento de Reconceituação, Araxá, Teresópolis e os processos de renovação do Serviço Social sob as influências do Movimento de Reconceituação e da autocracia burguesa.		

DISCIPLINA: Processo de Trabalho do Serviço Social I		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Compreender o exercício profissional como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista em geral e no Brasil .Mundo do trabalho: configurações gerais, modificações no tempo, especificidades e relações no âmbito do trabalho do assistente social enquanto categoria profissional.		

DISCIPLINA: Política Social I		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira		
CH 90h	CRÉDITOS 6.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: A constituição do sistema de proteção social no capitalismo e no Brasil. A proteção social como função do Estado: surgimento, características e tipologias. O sistema de proteção social no Brasil pós Constituição de 1988. A política social no contexto das Políticas Públicas.		

DISCIPLINA: Direitos e Cidadania		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Direitos individuais e Direitos coletivos. A construção das instituições de		

direito no Brasil e das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A Constituição Federal e os direitos sociais. Os mecanismos jurídicos de garantia de direitos coletivos. Direitos Difusos.

DISCIPLINA: Seminário Temático III		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Fenomenologia, estruturalismo, sociologia compreensiva e outras correntes teóricas da modernidade, destacando autores como: Schutz, Weber, Bourdieu e Foucault.		

DISCIPLINA: Oficina II		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 30h	CRÉDITOS 0.2.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Vivências e experiências em processos de trabalho.		

DISCIPLINA: Fund. Hist. Teor. Met. Serv. Social III		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: - Fund. Hist. Teor. Met. Serv. Social II
EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideológicas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período de redemocratização do país – final dos anos 70 aos anos 90 da sociedade brasileira.		

DISCIPLINA: Processo de Trabalho do Serviço Social II		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -Processo de Trabalho SS. I e Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. II
EMENTA: O exercício profissional na esfera governamental/estatal como principal espaço sócio-ocupacional do Assistente Social no Brasil e no Piauí. Natureza e características gerais da esfera pública estatal. A atuação profissional em diferentes espaços ocupacionais do Estado e de suas Políticas Públicas. Sujeitos sociais principais da ação profissional nesses espaços ocupacionais.		

DISCIPLINA: Política Social II		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Teorias explicativas sobre o Estado de Bem-Estar e sua crise. Modelos de proteção social propostas a partir da crise. Expressões deste contexto no Brasil. Tendências e dinâmicas nas políticas sociais brasileiras.		

DISCIPLINA: Seminário Temático IV		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 45h	CRÉDITOS 2.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Teorias Contemporâneas.		

DISCIPLINA: Planejamento e Gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 90h	CRÉDITOS 4.2.0	PRÉ-REQUISITOS: -Processo de Trabalho SS. I e Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. II
EMENTA: Fundamentos teóricos do planejamento: perspectivas metodológicas e instrumentos que expressam e formalizam o planejamento social. Processo de formulação de projetos sociais. Gestão social e gestão de políticas públicas e de serviços sociais: modelos e níveis de competência e atribuições.		

DISCIPLINA: Tópico Especial		CÓDIGO
Núcleo:		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Temas contemporâneos ao Serviço Social, à produção do conhecimento e à realidade social.		

DISCIPLINA: Fund. Hist. Teor. Met. Serv. Social IV		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: - Fund. Hist. Teor. Met. Serv. Social III
EMENTA: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideopolíticas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil face as exigências contemporâneas da realidade social mais ampla em sua articulação com a profissão e as exigências de novos fundamentos ou novos aportes teóricos de explicação dessa realidade, destacando: a cultura, o cotidiano, a subjetividade, a inter e multidisciplinaridade, o simbólico, a representação, a relação micro e macro das teorias, o pluralismo teórico.		

DISCIPLINA: Processo de Trabalho do Serviço Social III		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -Processo de Trabalho SS. II e Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. III
EMENTA: O exercício profissional do Assistente Social nas esferas privadas e não estatal no Brasil e no Piauí. Natureza e características gerais do setor privado e não estatal. A atuação profissional em diferentes espaços ocupacionais relacionados às empresas privadas, ao Terceiro Setor e às Organizações da Sociedade Civil. Novas		

formas de atuação do Assistente Social na esfera do exercício liberal da profissão. Sujeitos sociais da ação profissional nesses espaços ocupacionais.

DISCIPLINA: Política Social III		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira		
CH 60h	CRÉDITOS 4.2.0	PRÉ-REQUISITOS: -Política Social II
EMENTA: Seguridade social na realidade brasileira: concepções e políticas setoriais. Assistência social, saúde e previdência. As leis orgânicas, processos de gestão, formas de financiamento e controle social.		

DISCIPLINA: Pesquisa Social I		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Intrumentos Tec. Est. Org. Trabalho Científico
EMENTA: Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa social. Elementos paradigmáticos das ciências humanas. A problemática da produção de conhecimento. Questões de método: diversas concepções. A relação método e objeto do conhecimento.		

DISCIPLINA: Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOS: Política Social II
EMENTA: Tipologias de avaliação de políticas públicas. Metodologias de Avaliação de políticas e projetos sociais. Sistemas de monitoramento. Processo de construção e análise de indicadores sociais.		

DISCIPLINA: Sociedade Civil e Movimentos Sociais		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Perspectivas teóricas e manifestações da organização da população. Interface Estado e sociedade. Articulação poder local e global. Redes de Movimentos Sociais. Tendências e Desafios.		

DISCIPLINA: Pesquisa Social II		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social		
CH 90h	CRÉDITOS 6.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Pesquisa I
EMENTA: Procedimentos científicos que orientam a pesquisa. Processos, instrumentos e técnicas de pesquisa social. Referenciais técnico-analíticos constituintes do processo de investigação. Definição de temática para abordagem em monografia.		

DISCIPLINA: Ética Profissional		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -Processo de Trabalho SS. II e Ética Geral
EMENTA: Os fundamentos da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissional na história do Serviço Social brasileiro.		

DISCIPLINA: Seminário de Prática I		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 0.4.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA: As expressões da questão social relacionadas ao campo de estágio. Reflexão teórico-metodológica e prática acerca das questões vivenciadas no cotidiano do estágio.		

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 225h	CRÉDITOS 0.0.15	PRÉ-REQUISITOS: Processos de Trab. S. S. III; Planejamento e Gestão P.P. e Fundam. Hist. Teor. S. S.IV
EMENTA: Contextualização da prática social implementada no campo de estágio. Análise Institucional. Projeto de Intervenção. Análise dos procedimentos técnico-metodológicos da prática profissional.		

DISCIPLINA: Monografia I		CÓDIGO
Núcleo:		
CH 60h	CRÉDITOS 1.3.0	PRÉ-REQUISITOS: Pesquisa Social II
EMENTA: Elaboração de projeto de monografia sobre tema relacionado à profissão de Serviço Social, provenientes de experiência de campo de estágio ou associadas às áreas de estudo consolidadas pelos professores do DSS.		

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II		CÓDIGO
Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 225	CRÉDITOS 0.0.15	PRÉ-REQUISITOS: Estágio Superv. I
EMENTA: Inserção do estagiário no contexto dos projetos e atividades do Serviço Social na Instituição. Operacionalização, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção. Análise teórico-metodológica e prática da intervenção do estagiário e avaliação dos resultados.		

DISCIPLINA: Seminário de Prática II		CÓDIGO
--------------------------------------------	--	--------

Núcleo: Fundamentos do Trabalho Profissional		
CH 60h	CRÉDITOS 0.4.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA: Aprofundamento temático dos objetos da intervenção. Processos de trabalho do Serviço Social na instituição campo de estágio. Reflexão teórico-metodológica e prática acerca de questões vivenciadas no cotidiano do estágio.		

DISCIPLINA: Monografia II		CÓDIGO
Núcleo:		
CH 90	CRÉDITOS 6.0.0	PRÉ-REQUISITOS: Monografia I
EMENTA: Execução do Trabalho de Campo: Coleta, análise e interpretação das informações e elaboração de trabalho monográfico com temática relevante para o Serviço Social e/ou realidade social, desenvolvido a partir do projeto formulado em Monografia I.		

As disciplinas acima foram agrupadas por núcleos, para facilitar sua localização e finalidade em termos de fundamentar a formação profissional. Desse modo, foram agregadas em 03 núcleos. O primeiro núcleo integrou as disciplinas denominadas Básicas ou, conforme define as diretrizes curriculares, como componentes do Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, como segue:

NUCLEO BÁSICO

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução à Filosofia	90
Economia Política	90
Int. Tec. Est. Org. Trabalho Científico	60
Formação Sócio-Hist. Brasil	60
Iniciação Sociológica	60
Formação Sócio-Hist. NE e Piauí	60
Psicologia Geral	90
Iniciação à Política	60
Iniciação Antropológica	60
Ética Geral	60

Direitos e Cidadania	60
TOTAL	750

NUCLEO DE FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA VIDA SOCIAL

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução à Filosofia	90
Iniciação Sociológica	60
Iniciação Antropológica	60
Iniciação à Política	60
Seminários Temáticos	120
Ética Geral	60
Psicologia Geral	90
Economia Política	90
Pesquisa I e II	150
Direitos e Cidadania	60
TOTAL	840

As disciplinas orientadas em torno das ações que remetem aos processos de inclusão do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho figuraram da seguinte maneira:

DISCIPLINAS DO NÚCLEO PROFISSIONAL

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introd. S. Social	45
Questão Social	60
Fundamentos 1 a 4	240
Oficina	60
Processos de trabalho I a III	180
Política I, II, III	240
Ética Profissional	60
Planejamento e Gestão	90
Pesquisa	150
Estágio Superv.	450
Seminário de Prática I e II	120
Avaliação Pol. Públicas	60
TOTAL	1.755

NÚCLEO DE FUNDAMENTOS DO TRABALHO PROFISIONAL

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução ao Serviço Social	45
Fundamentos Hist. Teor. Met. S. S. 1, 2, 3 e4	240
Oficinas 1 a 3	90

Processos de Trabalho 1, II, III	180
Ética Profissional	60
Estágio I e II	450
Seminário de Prática I e II	120
Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais	60
Planejamento e gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais	90
TOTAL	1.335

As disciplinas voltadas para a compreensão da formação sócio-histórica e da realidade brasileira e nordestina, figuraram no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira,

NUCLEO DE FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Formação Sócio-Hist. do Brasil	60
Formação Sócio-Hist. do Nordeste e do Piauí	60
Questão Social no Brasil	60
Política Social 1, 2, 3	210
Sociedade Civil e Movimentos Sociais	60
TOTAL	450

8 EQUIVALÊNCIA CURRICULAR

No Curso de Serviço Social, a partir da implementação do presente projeto pedagógico, isto é, a partir do 1º semestre de 2007 coexistirá **transitoriamente** dois currículos, o currículo 03 e o currículo 04, da seguinte maneira:

- 1) O Currículo 03 continuará vigindo para os alunos que ingressaram no curso até o 1º semestre de 2006;
- 2) O Currículo 04 vigorará para os alunos que ingressarão no Curso de Serviço Social da UFPI a partir do 1º/2007.

A partir da implantação do Currículo 04 poderão optar por este currículo os alunos que se encontrarem nas seguintes situações:

1) alunos que tenham cursado as disciplinas do 1º período letivo do Currículo 3, caso migrem para o novo currículo, será automático o reconhecimento das mesmas no sistema de equivalência;

2) alunos que tenham cursado as disciplinas do 2º período letivo do Currículo 03. Estes serão incluídos automaticamente no 3º bloco do currículo 04.

Poderão optar pelo Currículo 04 os alunos que estiverem cursando o Currículo 03 a partir do 3º período do curso, ficando a cargo do aluno a decisão pela opção de migração para o novo currículo, com orientação da Coordenação do Curso.

A coordenação do curso chamará todos os alunos que se encontram no Currículo 03 para se manifestarem sobre sua opção em permanecer no mesmo ou migrar para o currículo 04. Os alunos deverão decidir num prazo de 180 dias, a partir da aprovação do Currículo 04 pelo CEPEX.

Os casos não contemplados nas situações acima serão estudados individualmente pela comissão de acompanhamento e avaliação do currículo, formada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

A equivalência de conteúdos entre disciplinas do Currículo 03 e do currículo 04 tem por base o conteúdo das ementas e das cargas horárias, tendo por referência os incisos I e II do Art. 6º da Resolução nº 80/04 – CEPEX, que disciplina o regime de aproveitamento de estudos em cursos de graduação na UFPI. Foram considerados conteúdos disciplinares equivalentes:

1) a disciplina cursada no Currículo 03 que tiver carga horária igual ou superior à disciplina correspondente no currículo 04 e se seu conteúdo for idêntico ou equivalente em pelo menos 75% do programa da disciplina;

2) a disciplina cursada no currículo 03 que tiver carga horária inferior a 15 horas à disciplina correspondente no currículo 04 e seu conteúdo for equivalente em pelo menos 80% do programa da disciplina.

Disciplinas extintas no Currículo 04 e não tendo equivalência de conteúdo ou carga horária com o mesmo, poderão ser utilizadas para fins de integralização curricular.

CURRÍCULO 03		CURRÍCULO 04	
DISCIPLINAS	CH	DISCIPLINAS	CH
FILOSOFIA I	60	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	90
ECONOMIA I	60	ECONOMIA POLÍTICA	90
INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE ESTUDO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO	60
HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	90	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL	60
INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	90	INICIAÇÃO SOCIOLOGICA	60
PSICOLOGIA GERAL	75	PSICOLOGIA GERAL	90
HISTÓRIA SOCIAL DO PIAUÍ	60	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE E DO PIAUÍ	60
INICIAÇÃO À POLÍTICA	60	INICIAÇÃO À POLÍTICA	60
HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL I	60	INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL	45
HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL II	60	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	60
ÉTICA GERAL	60	ÉTICA GERAL	60
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO I	30
INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	90	INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA	60
DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL	60	DIREITOS E CIDADANIA	60
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO II	30
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL I	90	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I	60
POLÍTICA SOCIAL I	90	POLÍTICA SOCIAL I	90
MOVIMENTOS SOCIAIS	60	SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	60
ÉTICA PROFISSIONAL	60	ÉTICA PROFISSIONAL	60

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO III	30
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL II	90	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL II	60
POLÍTICA SOCIAL II	90	POLÍTICA SOCIAL II	60
ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	90	PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS	90
PESQUISA SOCIAL I	60	PESQUISA SOCIAL I	60
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV	60	SEMINÁRIO TEMÁTICO IV	30
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL III	75	PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III	60
PESQUISA SOCIAL II	60	PESQUISA SOCIAL II	90
PLANEJAMENTO SOCIAL	90	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS	60
OPTATIVA	60	TÓPICO ESPECIAL	60
PESQUISA SOCIAL III	90	MONOGRAFIA I	60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	225	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	225
OPTATIVA	60	TÓPICO ESPECIAL	60
SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	60	SEMINÁRIO DE PRÁTICA I	60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	225	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	225
TCC	60	MONOGRAFIA II	90
SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	60	SEMINÁRIO DE PRÁTICA II	60

9 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA

A avaliação, como componente do planejamento curricular, é um “organizador qualificado” (LEITE, 2005) e, portanto, é compreendida como um processo sistemático de acompanhamento e análise da implantação das diretrizes curriculares. Ela permite conhecer, de forma contextualizada, todas dimensões do processo, além dos efeitos/ implicações, com vistas a estimular o aprimoramento daquele, tendo por finalidade o autoconhecimento e o levantamento de subsídios para a tomada de decisão (BELLONI,

2000). O autoconhecimento remete ao aperfeiçoamento do nível de informação sobre os processos e resultados consignados, a partir do processo de implantação das diretrizes curriculares.

A avaliação contínua e permanente é, portanto, requisito fundamental para a efetiva realização de um processo de ensino-aprendizagem competente e que atenda aos objetivos traçados. Trata-se de processo que exige atenção focada no cotidiano das atividades pedagógicas (o dia a dia da sala de aula e dos outros espaços onde se darão as atividades de ensino-aprendizagem) e no conjunto das questões que remetem a uma visão mais integrada das distintas práticas (o processo pedagógico como um todo).

9.1 Do processo ensino-aprendizagem

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem dar-se-á, em geral, a partir da observação da participação e do comprometimento dos alunos nas atividades propostas, na leitura e discussão dos textos, na frequência e pontualidade, conforme componente curricular, entre outros.

Os instrumentos nesse processo são, em geral: prova escrita, seminários e trabalhos grupais, produção de relatórios técnicos, de projetos de intervenção ou de pesquisa, de análises institucionais, produção de textos sobre temática proposta, resenhas bibliográficas, fichamentos, entre outros.

Convém destacar a contribuição nos processos de avaliação e acompanhamento de algumas disciplinas, dos alunos-monitores que vem qualificando esse processo e gerando melhor desempenho do conjunto dos alunos nas disciplinas que têm esse monitoramento. É intenção da coordenação do curso estimular os discentes e docentes e a Coordenação que acompanha essas monitorias no âmbito da PREG a fomentar essas iniciativas.

9.2 Do processo pedagógico

O projeto pedagógico ora proposto, como um instrumento de gestão, orientará todo o processo de decisão acadêmica da coordenação do Curso de Serviço Social. Nele estão contidos a filosofia de atuação do curso explicitada nos pressupostos, princípio, competênciaS e habilidades dos profissionais que se pretende formar, além das demandas que se pretende atender.

O levantamento de subsídios para a tomada de decisões aponta para o próprio projeto pedagógico, indicando necessidades de ajustes ou reformulação de algum aspecto, tendo em vista os objetivos a serem alcançados, durante o desenvolvimento do processo de implementação das diretrizes curriculares. Em suma, com o processo de acompanhamento e avaliação objetiva-se:

- Levantar e sistematizar informações para o processo de tomada de decisão quanto ao currículo;
- Aprimorar o processo de implementação, fornecendo bases para o planejamento do processo;
- Verificar se os pressupostos e objetivos em que se baseia o currículo estão sendo atingidos;
- Assegurar a construção de uma perceptiva quanto aos resultados alcançados;

A avaliação será dividida em três momentos:

1º MOMENTO – O **diagnóstico**, que tem os seguintes eixos balizadores:

- o contexto institucional e acadêmico que permite o desenvolvimento da proposta, destacando-se a política educacional da UFPI (explicitada no PDI); o perfil dos alunos e dos docentes e a realidade social e do mercado de trabalho;

- Reação à proposta de mudança, pelo coletivo do Curso de Serviço Social;

2º MOMENTO - O **processo**, que tem por eixo a implementação da proposta, identificada nas estratégias que possibilitem atingir os objetivos pretendidos, municiando a tomada de decisões. Terá como indicadores:

- o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo da proposta de projeto pedagógico;

- os possíveis desvios/distorções durante a execução da proposta, que impeçam a chegada na direção apontada;

- o levantamento de indicadores para a correção das distorções ou incorreções no desenvolvimento das ações;

- A identificação dos sucessos, os pontos fortes da proposta.

3º MOMENTO - Avaliação dos **resultados** alcançados, tendo por norteadores os objetivos e pressupostos da formação.

Serão priorizadas as metodologias emancipatórias de avaliação, centradas na participação intensiva dos diferentes atores sociais implicados diretamente na proposta e no processo, sobretudo, alunos, docentes e supervisores de campo. Desse modo, a

inclusão, o diálogo e a deliberação coletiva com os sujeitos envolvidos serão uma constante.

A observação, o registro de queixas e impressões de alunos e docentes; o questionário serão as principais técnicas de avaliação. O processo e os resultados consignados serão sistematizados e discutidos semestralmente, em fóruns ou oficina de avaliação, *locus* privilegiado de tomada de decisão/deliberação sobre os rumos da proposta.

Uma comissão permanente acompanhará e avaliará a implantação das diretrizes curriculares, encarregando-se de elaborar um plano de trabalho em que explicitará as estratégias para subsidiar a discussão do coletivo do Departamento de Serviço Social, emitindo pareceres e relatórios periodicamente. A reflexão sobre o papel docente, a discussão geral sobre o Curso de Serviço Social e operacionalização das diretrizes curriculares dar-se-á por meio de fóruns semestrais de alunos, professores e supervisores de campo.

9.3 Da coordenação pedagógica do curso

O Curso de Serviço Social terá um coordenador e um sub-coordenador, com regime de trabalho de dedicação exclusiva, sendo que o primeiro destinará 30 horas para a administração e condução do curso. Exige-se como requisito profissional do coordenador e sub-coordenador graduação em Serviço Social, com pós-graduação *stricto sensu*. O coordenador apresenta como atribuições: o planejamento pedagógico, organização, direção e supervisão do curso, identificação dos problemas relacionados à dinâmica das disciplinas, propondo soluções compatíveis com as necessidades e prioridades para o desenvolvimento da matriz curricular, capacidade para otimizar o uso de recursos didático-pedagógicos disponíveis, valorizar o perfil de aptidões dos docentes no aproveitamento dos mesmos nas diversas disciplinas, manter o vínculo discente - coordenação retroalimentado, assim como capacidade para lidar com a diversidade de comportamentos e idéias dos discentes, nos termos da democracia universitária.

A coordenação do curso, procurando operacionalizar de maneira mais efetiva a interdisciplinaridade, utiliza-se de trabalhos em equipe e da gestão participativa, superando as deficiências do currículo multidisciplinar, onde as trocas são apenas tangenciais. A gestão participativa consiste, dentre outros mecanismos de participação, em reunir os professores de conteúdos afins, para planejarem em conjunto seu programa, a partir de um eixo comum, teórico ou metodológico, o que se chama, em nossas diretrizes pedagógicas, de nucleação.

Quanto à orientação acadêmica, o aluno ou a aluna, ao matricular-se na Instituição, recebe um número de matrícula seqüencial que será utilizado durante sua vida acadêmica, inclusive quando se caracterizar como egresso. Para assuntos acadêmicos (acompanhamento de notas, freqüências, matrículas etc), os alunos podem ser atendidos pessoalmente na Coordenação do Curso e na Diretoria de Administração Acadêmica. Além do atendimento pessoal, os alunos podem consultar e acompanhar sua vida acadêmica por via eletrônica. O atendimento à comunidade acadêmica busca corresponder às necessidades dos diversos segmentos universitários.

As notas são computadas semestralmente e as freqüências conforme o encerramento da planilha de registro e atividades acadêmicas. Mediante estatísticas semestrais, disponíveis *on-line* é possível acompanhar a situação acadêmica dos alunos como matrícula, rendimento escolar, trancamento, transferência, evasão, etc.

10 POLÍTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO

A Coordenação do Curso de Serviço Social estimulará as iniciativas de pesquisa e extensão, primando pela indissociabilidade com o ensino, de forma a possibilitar uma formação que ultrapasse as fronteiras geralmente livrescas, do processo de ensino e que oportunize a produção do conhecimento, pela via da pesquisa e do contato e intervenção junto às comunidades, grupos, movimentos e organizações sociais etc.

Assim, estimulará a criação e/ou fortalecimento de núcleos temáticos como os já existentes (NUPEC, Políticas Públicas, PTIA, ENGENDRE, entre outros), de forma a que, cada vez mais, consubstanciem-se em espaços abertos aos alunos de graduação

gerando, portanto, a possibilidade de outras práticas e contato com o debate contemporâneo no tocante a suas temáticas específicas.

Convém destacar, a importância do estímulo à participação nos eventos em geral da profissão (CBAS, ENPESS, reuniões e eventos em geral da ABEPSS, CRESS, CFESS, instituições públicas estaduais locais, entre outros) e das entidades organizativas dos estudantes (CA, ENESSO), de forma a integrar-se, cada vez mais, aos processos, debates e deliberações nacionais, buscando romper com o isolacionismo do curso, que gera, entre outras coisas, significativos atrasos na implantação de diretrizes curriculares, como o processo ora experimentado no curso de Serviço Social.

11 CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES

A implementação das diretrizes curriculares exigirá uma gama de esforços individuais, coletivos e institucionais em vários sentidos:

- Na capacitação contínua dos docentes para modificar o foco dos tradicionais núcleos do antigo currículo para a nova modalidade de nucleação;
- Na operacionalização da proposta, revendo, sobretudo a forma compartimentalizada e isolada de trabalho, para formas mais coletivas em que cada disciplina não seja, no processo de seu desenvolvimento, responsável

de um único professor, mas de toda uma articulação de esforços para redimensionar a complexidade do fazer do processo ensino-aprendizagem, requerendo mudanças substantivas na forma de condução das disciplinas relacionadas à pesquisa e ao estágio;

- No engajamento de alunos em atividade de pesquisa e extensão;
- Na ampliação de recursos infra-estruturais, exigindo da UFPI maiores investimentos em laboratórios, acervo bibliográfico, salas de aula enfim, condições de trabalho.

Como o perfil do alunado do Curso de Serviço Social é cada vez mais heterogêneo, com alunos de classe média e de baixa renda, que trabalham e que não trabalham, é importante o estudo da possibilidade de funcionamento do curso por turnos, tarde ou noite, definindo o turno a partir do ingresso no vestibular. Entretanto, para a realidade atual, o colegiado do curso deliberou que o curso terá funcionamento integral diurno, com prioridade para o turno da tarde.

Cerca de 40% dos alunos do Curso de Serviço Social encontra-se em situação irregular, isto é, fora de bloco. Sem previsão, portanto, de conclusão do curso. Há necessidade de um estudo minucioso destes casos na perspectiva de assinatura de termo de compromisso que permita o planejamento e acompanhamento da vida acadêmica desses alunos.

O quadro docente atual atende, também, a alunos de pós-graduação, *lato senso* e *strictu senso* e há possibilidade de novas aposentadorias, fatos que justificam o empenho na garantia de reposição de docente.

O espaço físico de trabalho é inadequado sendo necessário a garantia de salas individualizadas aos docentes, computadores e material de consumo (papel e tinta para impressora) para respaldar sua produção científica.

O pessoal administrativo existente na coordenação é insuficiente, contando-se apenas com uma funcionária. Há necessidade ainda de requalificação dessa funcionária, sobretudo para o uso da informática.

12 BIBLIOGRAFIA POR COMPONENTE CURRICULAR

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Coleção Ditos e escritos. Forense, 2000.

GILLES, Thomas Ranson. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: EPU,

HESSEN, Jonhannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAPÍASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.

INICIAÇÃO À POLÍTICA

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política, a filosofia e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CERRONI, Umberto. **Política: Métodos, teorias e processos**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DURVERGER, Maurice. **Ciência Política: Teoria e método**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

LAMOUNIER, BOLIVA. **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Cadernos da Unb, 1982.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistema eleitoral e reforma política**. Rio de Janeiro: Foglio Ed, 1993.

INICIAÇÃO ANTROPOLÓGICA

ALVES, Paulo César; MANAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BARREMAN, Gerald. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MALINOWKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

INICIAÇÃO SOCIOLÓGICA

BERGER, P.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1985

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

INKELES, Alex. **O que é sociologia**. São Paulo: Pioneira, 1974.

MANHEIM, Karl. **Sociologia sistemática**. São Paulo: Biblioteca Pioneira em Ciências Sociais, 1962.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA FILHO, Alípio. **Medos, mitos e castigos**. São Paulo: Cortez, 1995.

INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

ABEPSS. Revista **Temporalis**. Porto Alegre, ABEPSS, 2003, n.7.

CASTRO, Manuel Manrique. **O Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez,

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo, Cortez, 1989.

VERDÈS-LEROUX. **Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. São Paulo, Cortez, 1986.

WALDEREZ, Miguel. **O Serviço Social e a promoção do homem**. São Paulo, Cortez, 1980.

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992

CARVALHO, José Murilo. **A construção da cidadania no Brasil**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

FERREIRA NETO, Edgar Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989

LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990

MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio à Castelo** (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo** (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

INTRUMENTOS E TÉCNICAS DE ESTUDO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, Atlas, 2001.

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2.ed. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2000.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia científica**. Atlas: São Paulo, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. Atlas: São Paulo, 1992.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo, Atlas, 2000.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiências nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1976.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2005.

PSICOLOGIA GERAL

BOCK, A. M. B. GONÇALVEZ, MG.; FURTADO. O (Org.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo:Cortez, 2001.

BRAGHIROLI, E. M. et al. **Psicologia geral**. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Psicologia Social Comunitária**. Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2002.

DAVIDOFF, L. L.. **Introdução à psicologia geral**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, N.M. F; BRUSCHI, M.E. (Org.) **Psicologia Social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ECONOMIA POLÍTICA

ARAUJO, Carlos Roberto V. **Historia do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas.

BASTOS, Vânia Lomônaco. **Para entender a economia capitalista**. Brasília: Forense Universitária.

HUBERMAN, Leo. **Historia da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia**. São Paulo, Cortez, 1995.

CASTRO, Manuel Manrique. **O Serviço Social na América Latina**

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2005.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1982.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**. Rio de Janeiro, Agir, 1980.

QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

ABEPSS. Revista **Temporalis**. Brasília, ABEPSS, 2001, n. 3.

BOGUS, Lúcia (org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**, Petrópolis, Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio, Civilização Brasileira, 1982.

SANTOS, Boaventura. **Globalização e as Ciências Sociais**

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.

ARAÚJO, Mafalda M. B. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma região**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

QUEIROZ, Teresinha. **História, literatura, sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

SANTANA, R. N. Monteiro. **Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectivas**. Teresina: Fundapi/Halley, 1995.

SANTOS, Boaventura. **Globalização e as Ciências Sociais**

SEMINÁRIO TEMÁTICO I

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4.ed. São Paulo, Martins Fontes, 1993, p. 69-128.

CHURCHMAN, C. West. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis. Vozes, 1972.

COHEN, Percy. **Teoria Social Moderna**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Edusp, 1976.

DAHRENDORF, Ralf. **Sociedade e Liberdade**. Brasília. Edunb. 1981.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

_____. **Lições de Sociologia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

_____. **A ciência social e a ação**. São Paulo: Difel.

FERNANDES, Heloísa. Um século à espera de regras. In: **Tempo Social**. São Paulo: Edusp, 1996.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MORAES FILHO, Evaristo. **Comte**. São Paulo: Ática, 1983 (coleção Grandes cientistas sociais).

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. Lisboa, Presença, 1979.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília, Edunb, 1991.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

IANNI, Octávio (org). **Marx Sociologia**. São Paulo: Ática, 1988 (coleção Grandes cientistas sociais – 10).

IANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo**. Ensaio sobre o pensamento de Marx. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LÖVY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.

MARX, Karl. O método da economia política. In: **Marx. Para a crítica da economia política**, São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas) p. 14- 19.

MARX, Karl & ENGELS F. **A ideologia alemã**. 5.ed. São Paulo, HUCITEC, 1986.

MARX, Karl. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 7.ed. São Paulo: Global, 1988, (Coleção Universidade popular).

MCLELLAN, David. **As idéias de Marx**. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de o Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

ÉTICA GERAL

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**. Brasília: Letraviva, 2000.

KUNG, H. **Projeto de uma ética mundial**. São Paulo: Paulinas, 1998.

OLIVEIRA, M. . **Ética e práxis histórica**. São Paulo: Ática, 1995.

SUNG, M. J.; SILVA, J. C. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis, Vozes, 2001.

VASQUEZ, Adolfo S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

COMTE, Auguste. **Comte**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

KISNERMANN, Natálio. **Serviço Social de Grupo**. Petrópolis, Vozes, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1991.

RICHMOND, Mary. **O que é o Serviço Social de Caso**. Rio, CBCISS, 1974.

PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL I

ABEPSS. Revista **Temporalis**. Brasília, ABEPSS, 2002, n. 6.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo, Cortez, 2002.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo, Scritta, 1995.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **O aprender do fazer: Serviço Social, trabalho profissional e representações sociais**. Natal, EDUFFRN, 2005.

SERRA, Rose. **Trabalho e reprodução**. São Paulo, Cortez, 2001.

POLÍTICA SOCIAL I

ARRETCHE, Marte. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**. Rio de Janeiro, nº 39, Relume Dumará, 1995, p. 3-40.

DRAIBE, Sonia. Miriam. O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**, 1989. São Paulo: ANPOCS; Vértice, 1989, p. 13 a 59

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Trad. Fanny Wrobel. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 109 – 136.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994, p. 13 a 34 e 64 a 89.

DIREITOS E CIDADANIA

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 1998.

CRUZ, Alexandre C. **Direito e legislação previdenciária: custeio e benefícios**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2003.

LIMA, Francisco Meton Marques. **Manual sintético de direito do trabalho**.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. Volume 17. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III

BELO, Ângela Alves. **Fenomenologia e Ciências Humanas: psicologia, história e religião**. Trad. Miguel :Mahfoud e Marina Massimi. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude. PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**. Metodologia da Pesquisa na sociologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAPALBO, Creusa. **Metodologia das Ciências Sociais: a fenomenologia de Alfred Scholtz**. Rio de Janeiro: Antares, 1979.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo: o canto do cisne; de 1967 aos nossos dias**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 303-472.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – vontade de saber**. Trad. Maria Teresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

WEBER, Max. O Sentido da "neutralidade" axiológica nas Ciências Sociais e Econômicas. IN: **Metodologia das Ciências Sociais**. Trad. Augustin Wernet. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1995, p. 361-398.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do Serviço Social na era da globalização. **Serviço Social e Sociedade**, 61. São Paulo, Cortez, 1999.

FALEIROS, Vicente. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na contemporaneidade**, Cortez, 1998.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1993.

SADER, Emir **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio, Paz e Terra, 1996.

PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL II

AUGUSTO BISNETO, José. Uma análise da prática do Serviço Social em saúde mental. **Serviço Social e Sociedade**, 82, São Paulo, Cortez, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos, para qual cidadania?. **Serviço Social e Sociedade**, 79. São Paulo, Cortez, 2004.

BRAVO, Maria Inês; PEREIRA, Potyara A. P. (orgs). **Política Social e Democracia**. São Paulo, Cortez, 2002.

CFESS. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo, Cortez, CFESS, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2002.

POLÍTICA SOCIAL II

DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais no neoliberalismo. **Revista USP**. São Paulo, n. 17, 1993.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Ana Cristina (Org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. Trad. Rodrigo Leon Contrera. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151 a 178.

OFF, Clauss. Teoria do Estado e Política Social. In: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 32 a 48.

RAICHELIS, Raquel. Crise do Estado de Bem-Estar e os impasses da esfera pública. In: **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-Providência**. Trad. Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997;

SEMINÁRIO TEMÁTICO IV

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

COUTINHO, Maria da Penha Lima. **Representações sociais**: abordagem interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2000

LECHTE, John. **50 pensadores contemporâneos essenciais**: do estruturalismo à pós-modernidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio. **Bioética**. São Paulo: EDUSP, 2002.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS SOCIAIS

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora. 2000.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo. Edições Loyola, 2ª ed.1994.

KLIKSBERG, Bernardo. Gerência Social: Dilemas Gerenciais y Experiências inovativas. IN: KLIKSBERG, B. **Pobreza**: um tema impostergable, nuevas respuestas a nível mundial. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

LUCK, Heloísa. **Planejamento em Orientação Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. 2000.

RAICHELIS, Raquel e WANDERLEY, Luiz E. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional In: **Serviço Social e Sociedade, nº 78**, São Paulo: Editora Cortez, julho, 2004, p. 5-32.

RICO, Elizabeth e RAICHELIS, Raquel. (Org.) **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo, EDUC/IEE, 1999.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV

CARVALHO, Alba Maria Pinho. O desafio contemporâneo de fazer ciência. **Serviço Social e Sociedade**, 48, São Paulo, Cortez, 1995.

JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (orgs.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Vozes, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia; RODRIGUES, Maria Lúcia; MUCHAIL, Salma. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas de saber**. São Paulo, Cortez, 1995.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio**. São Paulo, Cortez, 1998. (Serviço Social e Sociedade, 57).

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL III

GÓIS, João Bosco Hora; SANTOS, Aline de Oliveira; COSTA, Isis Santos. **Responsabilidade Social empresarial e solidariedade**. São Paulo, Cortez, 2004. Serviço Social e Sociedade, 78.

MONTAÑO. Carlos. **Terceiro Setor e questão social**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabeth da. **As determinações do Serviço Social na empresa**. São Palo, Cortez, 1985.

PIRES, Suzana et al. Retratos da vida das famílias multiproblemáticas. **Serviço Social e Sociedade**, 80. São Paulo, Cortez, 2004.

ROCHA, Maria Aparecida M. da. **Capacitação Profissional em Serviço Social** (org.) Porto Alegre, CRESS 10ª Região, 1999.

POLÍTICA SOCIAL III

BRASIL. Ministério da Saúde. Assessoria de Comunicação Social. **Lei Orgânica da Saúde**, nº 8080/90, 2ª ed. Brasília – DF, 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome – MDS. **Política nacional de Assistência Social**. Brasília – DF, 2004.

BRAVO, Maria Inês de Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária**: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez Editora: Editora da UFRJ, 1996.

COHN, Amélia e ELIAS, Paulo E. **Saúde no Brasil, políticas e organização de serviços**. São Paulo: Cortez Editora: CEDEC.

COLIN, Denise Ratman Arruda. **LOAS**: Lei Orgânica da Assistência Social. São Paulo: Veras Editora, 1999. 179 p.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social, a Constituição de 1988 e a seguridade social**: do texto constitucional à garantia da Assistência social. In: COUTO, B. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?. São Paulo: Cortez editora, 2004, p. 139-182.

SILVA, Ademir. **A Reforma da Previdência Brasileira**: entre a repartição social e a competitividade mercantil. IN: SILVA, Ademir. A Gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez editora, 2004, p.187-236.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas Sociais e Assistenciais**: estratégias contraditórias de gestão estatal da pobreza das classes subalternas. In: YAZBEK, M. C. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez Editora, 3ª ed. 1999, p. 35-59.

PESQUISA SOCIAL I

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.

GONÇALVES, Hortência de A **Manual de projetos de pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2003.

MINAYO, M. Cecília de S (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis,RJ: Vozes, 1994.

RICHARDSON, Roberto J et al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRIVINOS, Augusto W. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**.São Paulo: Atlas, 1987.

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS

BARREIRA, Maria Cecília R. N. **Avaliação Participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras Editora, Lisboa, 2000.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

RICO, Elizabeth. (Org.) **Avaliação de Políticas Sociais**: Uma questão em debate. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora: IEE, 2001.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. Edição adaptada para o Brasil. ABONG: tradução e interpretação simultânea e escrita. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora; ABONG: OXFORD, Inglaterra: OXFAM, 2002.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. (Org.) **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SULBRANDT, Jose. La evaluacion de los programas sociales: una perspectiva crítica de los modelos usuales. IN: KLIKSBURG, Bernardo. **Pobreza**: um tema impostergable. México: Fondo de Cultura econômica. 1993.

SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 383-426.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro**. De frente para o Estado, em busca do parlamento, São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicato e partido no Brasil**: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1988.

CASTELLS. Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**, ANPOCS, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Loyola, São Paulo: 1997.

_____. **Os Sem Terra, ONG's e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. O novo associativismo e o terceiro setor. **Serviço Social e Sociedade** 58, Cortez, São Paulo: nov.1998.

JACOBI, Pedro, **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**, Cortez, São Paulo: 1993.

MEDEIROS, Antonio José. Movimentos sociais In: **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Raimundo N. M. de Santana (org), FUNDAPI, Teresina, 1995, p.159-184.

RICO, Elisabeth de Melo. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade** 58, Cortez, São Paulo: nov.1998.

SHERER-WARREN, Ilse, **Redes de movimentos sociais**. Loyola, São Paulo: 1993.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e construção de espaços públicos In: DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**, ed. Brasiliense, São Paulo, 1994, p.91-102.

TIDAFI, Masilene Rocha Viana. **Lutas sociais e redes de movimentos sociais no final do século XX**. Serviço Social e Sociedade (64), São Paulo: Cortez, 2000, p.34- 56.

PESQUISA SOCIAL II

BARROS, Aidil de J.P.; LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 13.ed. São Paulo: Vozes, 1990.

BAUER, Martin. W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2002.

BOOTH, Wayne C. et al. **A Arte da Pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

GATTI, Bernadete. O problema da metodologia da pesquisa nas ciências humanas e sociais. In: RODRIGUES, Maria Lúcia; NEVES, Noemia Pereira (orgs). **Cultivando a pesquisa: reflexão sobre a investigação em ciências humanas e sociais**.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HAGUETE, Teresa Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

KIDDER, Louise. (org) **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais: medidas de pesquisa social**. São Paulo, E.P.U, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUNA, Sérgio V. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1998.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

_____. (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO. Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3.ed.São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Lúcia Cristina dos. et. al. O Serviço Social e a resolução 196 CNS. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo: Cortez, 2005.

THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária.** São Paulo: Polis, 1982.

ÉTICA PROFISSIONAL

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BONETTI, D. et al (Org) **Serviço Social e Ética:** convite a uma nova práxis. Brasília: CFESS/São Paulo Cortez, 1996.

CFESS. **Código de Ética do Assistente social e a Lei de Regulamentação da Profissão** (Lei 8662/93) Brasília: CFESS, 1997.

NETTO, J. Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. IN Módulo 4 - **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Brasília: /CFESS/ABEPSS; CEAD; Unb, 2000.

SEMINÁRIO DE PRÁTICA I

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ENSP, 1999.

BRAVO, Maria Inês Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez, 1996

COHN, Amélia e ELIAS, E; **Saúde no Brasil:** política e organização de serviços. São Paulo: Cortez, 1996.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e inserção dos (as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade** 62. São Paulo: Cortez, 2001.

GAUDERER, E. Christian. **Os direitos dos pacientes.**: um manual de sobrevivência. Record: Rio de Janeiro, 1993.

MARLATT, A G. **A redução de danos:** estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

RIBEIRO, Herval Pina. **O hospital:** história e crise. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça.** 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SALES, Mione Apolinário et al (Org) **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/UERJ, 2004

SILVA, Maria Ozanira (Org) **A política social Brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004

SPOSATI, **A assistência social na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1990.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do assistente social.** São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, E. **Saúde mental e Serviço Social:** o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

VILARINHO, Lucia da Silva. **Repensando a Educação em Saúde no âmbito hospitalar.** São Paulo: PUC-SP Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 1999.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

CECÍLIO, Luis Carlos de Oliveira. Inventando a mudança na saúde. **Saúde em debates,** 73. São Paulo: Hucitec, 1994

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENDES, Eugênio Vilaça (Org). **Distrito Sanitário:** o processo social de mudança das práticas sanitárias do sistema único de saúde. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MEZOMO, João Catarim. **O administrador hospitalar:** a caminho da eficiência. São Paulo: Memisa, 1991

_____. **Gestão da qualidade na saúde.** São Paulo: Manole, 2001.

_____. **Hospital Humanizado.** Fortaleza: Premium, 2001.

ROSA, L. C. S. **Transtorno mental e o cuidado na família.** São Paulo: Cortez, 2003.

PITTA, Ana Hospital: Dor e morte como ofício. **Saúde em Debate** nº 34. São Paulo: Hucitec, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MONOGRAFIA I

ALVES, Alda J. A "Revisão da Bibliografia" em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis, **Cadernos de Pesquisa**. SP, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LUNA, Sérgio V. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TIDAFI. Masilene Rocha Viana. **A pesquisa social: do planejamento ao relatório**. 2006.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004

BRAVO, Maria Inês Sousa. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez, 1996

COHN, Amélia e ELIAS, E; **Saúde no Brasil: política e organização de serviços**. São Paulo: Cortez, 1996.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e inserção dos (as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade** 62. São Paulo: Cortez, 2001.

GAUDERER, E. Christian. **Os direitos dos pacientes.: um manual de sobrevivência**. Record: Rio de Janeiro, 1993.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do assistente social**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, E. **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

VILARINHO, Lucia da Silva. **Repensando a Educação em Saúde no âmbito hospitalar**. São Paulo: PUC-SP Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 1999.

SEMINÁRIO DE PRÁTICA II

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento**: introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004

BELLONI, Isaura et. Al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Questões da Nossa Época v. 75).

BRASIL. **Programa de Atenção Integral à Família – PAIF**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004

CFESS, (Org) **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no Judiciário Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez/CFESS, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. O **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho, formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

ROSA, Lucia C. S. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003

SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica** – alternativas terapêuticas . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MONOGRAFIA II

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CRUZ, Ana Maria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002). Niterói: Intertexto, 2003.

GONÇALVES, Hortência de A. **Manual de Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Avercamp, 2004.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Francisco das Chagas. **Escrevendo e normalizando trabalhos científicos acadêmicos**. Florianópolis, SC. Ed. Da UFSC, 1997.

VIEIRA, Sônia. **Como escrever uma tese**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

13 REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>

BELLONI, Isaura et al. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*, 1993.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. *Regulamentação do TCC no Curso de Serviço Social*, 1993.

_____. *Relatório da oficina: A LDB e a revisão curricular do Curso de Serviço Social*. Teresina, 2000.

_____. *Relatório de Levantamento: Avaliação discente do Curso de Serviço Social*. Teresina, maio, 2001.

_____. *Plano de Trabalho da Coordenação do Curso de Serviço Social para o ano 2003*. Fev, 2003.

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR. *Manual de Estágio Curricular UFPI*. Teresina: UFPI, 1991.

FONTENELE, I. C; PASSOS, G.O; TEIXEIRA, S.M. Os TCC's do Curso de Serviço Social: 1995 a 2001. *Caderno de Resumos*, 2001.

GOIANO, Maria do Amparo Martins; LIMA, Melissa Carvalho Soares. *A Política Educacional Brasileira e o Processo Educativo no Curso de Serviço Social da UFPI*. Teresina, 2002.

TCC

GUIMARÃES, S. J. *Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI*. Teresina, 1995.

LEITE, D. *Reforma universitária: avaliação institucional participativa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUZ, Lila Cristina Xavier. *De onde vêm e para onde vão os assistentes sociais: elementos configurativos do mercado profissional em Teresina nos anos 90*. São Paulo: PUC, 1999 (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

MIRANDA, Fabrícia Karla F; OLIVEIRA, Kelma Jeana M. *A pesquisa no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFPI: limites e potencialidades*. Teresina, 2001. TCC.

ROSA, Lucia C.S. *O perfil dos assistentes sociais*. Informativo CRESS 22ª Região 1994. P.1.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. IN: *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 12. São Paulo: Cortez, ago/1983. p.109-139.

SILVA, Valéria. *Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social: Diretrizes, rotinas e procedimentos*. Teresina: UFPI, 2000.

SILVA, André Luis Castro. *A construção histórica dos currículos de Serviço Social na UFPI*. Teresina, TCC, 2003.

TEIXEIRA, Solange Maria. *Representações sociais da profissão de Serviço Social: um estudo de caso junto ao alunado do Curso de Serviço Social na UFPI*. São Paulo/Teresina: PUC/UFPI, 1998.

14 APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUADRO DOS DOCENTES LOTADOS NO DEPARTAMENTO
DE SERVIÇO SOCIAL COM AS RESPECTIVAS TITULAÇÕES**

Maria do Rosário de Fátima e Silva	Mestre e Doutora em Serviço Social
Lúcia Cristina dos Santos Rosa	Mestre em Serviço Social e doutora em Serviço Social e em Sociologia
Vânia Teresa Moura Reis	Mestre e Doutora em Serviço Social
Masilene Rocha Viana Tidafi	Mestre em Serviço Social e Doutora em Ciências Sociais
Simone de Jesus Guimarães	Mestre e Doutora em Serviço Social
Maria Dalva Macedo Ferreira	Mestre e Doutora em Serviço Social
Antonia Jesuíta de Lima	Mestre em Serviço Social, Doutora em Ciências Sociais e em vias de se pos-doutorar
Iolanda Carvalho Fontenele	Mestre em Serviço Social e em vias de se doutorar em

	Políticas Públicas.
Marlúcia Valéria da Silva	Mestre em Ciência Política e Doutora em Sociologia Política
Francineide Pires Pereira	Mestre em Serviço Social e Doutora em Ciências Sociais
Rita de Cássia Cronemberger Sobral	Mestre em Serviço Social, Doutora em Ciências Sociais e em vias de se pos-doutorar em Serviço Social
Solange Maria Teixeira	Mestre em Serviço Social e em vias de se doutorar em Políticas Públicas
Roberto John Gonçalves da Silva	Mestre em Serviço Social e doutor em Ciência Política
Lúcia da Silva Vilarinho	Mestre em Serviço Social
Guiomar de Oliveira Passos	Mestre em Educação e Doutora em Sociologia
Iracilda Braga ⁵	Mestre em Políticas Públicas.
Zita Alves Villar	Mestre em Políticas Públicas
Lila Cristina Xavier Luz ⁶	Mestre em Serviço Social em vias de se doutorar em Serviço Social

⁵ Professora substituta.

⁶ Profissional ainda não integrante do quadro efetivo. Foi realizado concurso e estamos aguardando imediata contratação.

